



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

4ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
11ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE
RONDÔNIA

Objetivo: Debater sobre a (in) segurança nas escolas e
medidas preventivas

EM: 27.04.2023

INICÍO: 09h32min

PRESIDENTE: SR. ALEX REDANO

SR. DELEGADO CAMARGO

A SRA. HELEN ESTEVES REIS (Mestre de Cerimônias) -
Senhoras e senhores, a Assembleia Legislativa do Estado de
Rondônia, atendendo ao Requerimento dos Excelentíssimos
Deputados Delegado Lucas Torres, Alex Redano e Pedro
Fernandes, após aprovação em plenário, realiza Audiência

Pública para debater sobre a insegurança nas escolas e medidas preventivas.

Agradecemos desde já a todos que nos acompanham por meio virtual, seja pela página oficial da Assembleia Legislativa, no Facebook, no Youtube, e pela TV Assembleia, no canal 7.2.

Convidamos neste momento para compor a Mesa desta Audiência Pública o Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Alex Redano; O Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Delegado Camargo.

O Senhor Valmir Souto, assessor de gabinete, representando a Secretaria Estadual de Educação - SEDUC;

O Excelentíssimo Senhor Delegado da Polícia Federal, o Doutor Marcelo Toledo Bezerra, representado neste ato a Polícia Federal;

O Excelentíssimo Senhor Doutor José Juliano Cedaro, Vice-Reitor da Universidade Federal de Rondônia - UNIR;

O Excelentíssimo Senhor Doutor Sérgio Muniz Neves, Defensor Público, neste ato representando a Defensoria Pública do Estado de Rondônia;

A Excelentíssima Senhor Doutora Tânia Garcia Santiago, Promotora de Justiça do Ministério Público e Coordenadora de Atuação Especial da Infância, representando o Ministério Público Estadual;

O Excelentíssimo Senhor Felipe Bernardo Vital, Secretário de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC;

Convidar também para compor a Mesa de Autoridades o Excelentíssimo Senhor Coronel da Polícia Militar do Estado de Rondônia James Alves Padilha.

Gostaríamos de agradecer ao Senhor Caique Vinícius Moreira, da Polícia Rodoviária Federal, neste ato também representando a Polícia Rodoviária Federal, de Rondônia.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Bom dia. Eu peço ao Cerimonial, por gentileza, providenciar duas cadeiras para que nós possamos aqui também colocar o representante da Polícia Civil, o Doutor Hélio, por gentileza; e também a Coronel representando os Bombeiros. Obrigado pela gentileza.

A SRA. HELEN ESTEVES REIS (Mestre de Cerimônias) - Agradecer ainda a presença da Senhora Solange Hiroshi, Presidente do Conselho Municipal do Direito da Criança e do Adolescente;

A Senhora Ana Karla Feitoza, Conselheira Psicóloga, representando neste ato o Conselho Regional de Psicologia da 24ª Região;

O Senhor Rafael É O Fera, Vereador do Município de Ariquemes;

A Senhora Camila Fernanda Carvalho, Professora Conselheira, representando o Conselho Estadual de Educação e o Sindicato das Escolas Privadas, o SINEPE;

A Senhora Rafaela do Batista, Vereadora do Município de Ariquemes;

Senhora Doutora Vanessa Michele Esber Serrate, Presidente da Comissão da Mulher Advogada, neste ato representando a Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Rondônia;

O Senhor Nilson Vieira, Diretor Técnico da Secretaria de Estado da Educação - SEDUC;

A Excelentíssima Senhora Doutora Ana Ellen de Queiroz Santiago, Presidente do CREMERO, Conselho Regional de Medicina de Rondônia;

O Excelentíssimo Senhor Delegado de Polícia Civil e Diretor da Divisão de Repressão aos Crimes contra o Patrimônio, o Doutor Hélio Teixeira Lopes Filho;

Senhor Eliezer Wanderley, assessor, representando o gabinete da Deputada Estadual Ieda Chaves;

O Senhor Vilmar Coletti, Diretor Financeiro, representando o Sindicato dos Trabalhadores e o Instituto Kadosh;

A Excelentíssima Senhora Coronel BM Daniele Lima Cristina Ferreira, Chefe de Estado-Maior Geral, do Corpo de Bombeiros do Estado de Rondônia;

O Senhor Vereador Isaque Machado, 2º Secretário da Comissão de Educação da Câmara Municipal de Porto Velho;

Com a palavra, neste momento, o proponente, o Deputado Alex Redano.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Bom dia a todos. Na verdade, fazer justiça, iniciando aqui, falar que o autor desta Audiência Pública é o Deputado Delegado Lucas. Ele idealizou, procurou os demais deputados. Eu subscrevi, Deputado Pedro Fernandes subscreveu, Deputado Delegado Camargo também subscreveu. E aconteceu um acidente agora, ele vindo. Ele está no Hospital João Paulo II junto com o Bruno, mas, graças ao bom Deus, Deputado Delegado Camargo,

pelo que se sabe, vai fazer mais exames, mas não teve nenhuma consequência, não quebrou nada. Está bem.

E foi o Delegado Lucas que idealizou e nós vamos conduzir aqui. Eu vou pedir ao Deputado Delegado Camargo, que tem uma vasta experiência em segurança pública, para ajudar na condução dos trabalhos. Mas, quero parabenizar o Deputado Delegado Lucas, porque muito está sendo discutido, principalmente após o que aconteceu na creche em Santa Catarina e não adianta sair atirando para todos os lados, tem que dar um tiro certeiro. A prevenção é muito importante. Mas, não é simplesmente colocar serpentina, colocar detector de metais, colocar vigilantes e, sim, um conjunto de ações, principalmente o trabalho educacional. Então são várias e várias ações.

Eu vou dar a abertura aqui e depois vou fazer os cumprimentos aqui à Mesa. Peço desculpa pela quebra do protocolo.

Invocando a proteção de Deus, em nome do povo rondoniense, declaro aberta esta Audiência Pública para debater sobre a insegurança nas escolas e medidas preventivas.

Quero aqui cumprimentar o meu colega de Parlamento, meu colega do Partido Republicanos, Deputado Delegado Camargo. Tem feito um excelente trabalho, deputado dedicado, vem fazendo a diferença.

Quero agradecer ao senhor Valmir Souto, assessor do gabinete representando aqui a Ana Lúcia Pacini, Secretária de Educação da SEDUC.

Meu querido amigo Senhor Tenente-Coronel BM Felipe Bernardo Vital, Secretário de Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC.

Excelentíssimo Senhor Doutor Sérgio Muniz Neves, Defensor Público representando a Defensoria Pública. Quero agradecer ao Sérgio de outras batalhas aqui, várias audiências, sempre presente.

Quero agradecer a presença do Delegado da Polícia Federal Doutor Marcelo Toledo Bezerra. Muito obrigado.

Também presente aqui o Excelentíssimo Senhor Doutor José Juliano Cedaro, Vice-Reitor da Universidade Federal de Rondônia - UNIR.

Agradecer ao Senhor Delegado de Polícia Civil e Diretor da Divisão de Repreensão aos Crimes contra o Patrimônio, nosso querido Doutor Hélio Teixeira Lopes Filho.

Excelentíssima Senhora Coronel BM Daniele Lima Cristina Ferreira, Chefe de Estado-Maior Geral, do Corpo de Bombeiros.

Excelentíssimo Coronel PM James Alves Padilha, Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado de Rondônia.

Quero agradecer de forma muito especial, quero fazer um agradecimento em nome do demais deputados à Doutora Tânia Garcia Santiago, Promotora de Justiça que está sempre presente nas nossas reuniões contribuindo muito em várias ações. Parabenizar o Ministério Público de Rondônia pelo trabalho.

Quero também, de forma especial, agradecer aos vereadores do Município de Ariquemes. Está aqui o Vereador Rafael É O Fera. Às vezes temos divergências ideológicas, mas faz parte da política e parabênizo pelo trabalho. A Vereadora Rafaela do Batista. Vejo a Vereadora Rafaela também sempre atuante. Muito obrigado pela presença. Nosso Vereador Isaque Machado, muito obrigado.

Agradecer a presença de todos. Agora vamos seguir o roteiro.

A SRA. HELEN ESTEVES REIS (Mestre de Cerimônias) - Convido a todos para, em posição de respeito, cantarmos o Hino Céus de Rondônia. Letra de Joaquim de Araújo Lima e música do Doutor José Melo e Silva.

(Execução do Hino Céus de Rondônia)

Passo a palavra aos Excelentíssimos Senhores Deputados Estaduais Alex Redano e Delegado Camargo, que conduzirão esta Audiência Pública.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Dando início à Audiência Pública, mais uma vez registrar o motivo da ausência do nosso companheiro, Deputado Delegado Lucas. Ele sofreu um acidente, vindo para a Audiência, na BR-364. Encontra-se hospitalizado, mas sem maiores riscos. Graças a Deus, está bem. A gente fica sentido, porque ele idealizou esta Audiência, pediu apoio de todos os deputados e não pode estar presente.

Quero aqui também parabenizar o Deputado Pedro Fernandes, o Deputado Delegado Camargo, que estão preocupados com esse tema e é importante o debate, a discussão, para encontrarmos os melhores caminhos. Mais uma vez, muito obrigado a todos.

Passo a palavra, neste momento, ao autor também, subscrito, Deputado Delegado Camargo. Pode ficar à vontade. Quem quiser usar a tribuna.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Bom dia a todos. Na pessoa do meu colega, Deputado Alex Redano, cumprimento todas as autoridades da Mesa. Na pessoa dos Vereadores Rafael é o Fera e Rafaela do Batista, cumprimento os demais convidados. Sejam muito bem-vindos à Casa do Povo.

E, hoje, nós trataremos, nesta Audiência Pública, acerca da segurança das escolas. Eu pedi que a minha assessoria distribuisse aos senhores uma pequena cartilha, na qual eu buscarei ser o mais breve possível para contextualizá-los do atual cenário, sob a minha ótica e, posteriormente, devolver a palavra aos demais membros.

Muito bem, eu peço ao pessoal do telão, por gentileza, que joguem na tela a apresentação que eu enviei há poucos minutos, por favor.

(Apresentação de slides)

Senhores, vamos lá. Por uma triste coincidência, no dia 4 de março eu protocolei aqui nesta Casa um Projeto de Lei, cuja nomenclatura que adotei foi chamado Programa Escola Segura de Cidadã - PESC. É esse que vocês estão vendo na tela. No dia 5, infelizmente, nós tivemos aquele ataque em Santa Catarina. Diante do que estava ocorrendo naquela ocasião, de imediato, nós solicitamos ao Presidente Marcelo Cruz que ele colocasse em tramitação em regime de urgência esse projeto para que nós pudéssemos dar um retorno rápido para a sociedade. Esse Projeto de Lei, cuja íntegra dele está aí para os senhores, ele foi aprovado já e aguarda ansiosamente a sanção do Governador do Estado de Rondônia.

Deputado, de que se trata em apertada síntese esse projeto que os senhores estão lendo? Esse projeto – repito, que já foi aprovado nesta Casa e aguarda apenas a sanção do governador – visa a prevenção de acidentes e riscos à integridade física dos alunos e servidores das escolas no Estado de Rondônia. Vou buscar explicar aqui para vocês, que é importante a gente debater logo na sequência.

Essa lei aprovada nesta Casa prevê a presença em tempo integral, em todos os turnos de funcionamento das escolas, durante os horários de aula, de um policial civil, militar, penal para proteger aquela escola.

Só um pouquinho, que eu estou com o passador aqui, Milson. Não precisa passar. Só coloca o passador aí para mim, por favor, para eu poder ir explicando ali na tela. Eu liguei aqui. Deixa eu ver se vai funcionar. Pode deixar na tela um, tá, Milson? Pode retroceder, por favor. Isso. Por favor. Obrigado.

Então, esse policial seria aquele policial da escola. Obviamente, Coronel Padilha, meus colegas de farda aqui, Doutor Hélio, Júlio, os demais PRFs (Policiais Rodoviários Federais) vão saber essa linguagem que eu vou utilizar agora. Eles adotariam o que a gente chama de conduta de polícia comunitária. Esse policial seria o policial daquela unidade escolar. Ia ter relacionamento com os professores, relacionamento com os pais, relacionamento com os alunos; eles receberiam um credenciamento e após esse treinamento de polícia comunitária, Coronel Padilha, eles receberiam credenciamento de guardião escolar e passariam a acompanhar a rotina daquela unidade educacional.

Entre outras funções desse policial, sim, com armamento ostensivo ali. Ele iria realizar as rondas nas escolas, ia fazer a proteção de alunos e professores

daquele estabelecimento, iria dar palestras, orientar os alunos, os pais, os professores; e o mais importante: iria fazer relatório de inteligência para subsidiar as decisões das forças de segurança. Por exemplo, um aluno que está sendo cooptado por uma facção criminosa, um aluno que está, ao sair da escola, fumando maconha. Ele ia subsidiar. É o policial daquela unidade escolar.

Muito bem. Esse projeto, senhores, que vocês estão aí, que é o 43, ele foi aprovado. Então, eu aproveito mais uma vez essa tribuna para pedir ao governador que ele sancione rapidamente essa lei aprovado pelo Parlamento para que nós possamos ter segurança dos policiais dentro das unidades escolares. E não precisamos esperar acontecer outra tragédia para que o Estado tome uma providência. Muito bem. Pode passar para o próximo slide.

Aprovado isso, nós criamos – também de minha autoria – um protocolo de ação em situação de risco escolar, abreviatura "PARE", Protocolo de Ação em Situação de Risco Escolar. Veja. Esse protocolo, senhores, que eu entreguei para vocês é uma Indicação. Por que uma Indicação de protocolo? Porque nessa normatização há despesas para o Poder Executivo. Por exemplo, colocação de detector de metais, porta giratória, tudo isso são custos. E não pode do Parlamento uma norma em que há despesas para o Estado, sem o devido apontamento da fonte de recursos.

Então, nós criamos esse protocolo – ele já foi enviado, Vereador Rafael é o Fera, para todos os chefes de Executivo desse Estado –, e também estaremos encaminhando para a Câmara de Vereadores, para que os municípios – claro que não é um projeto perfeito, acabado, obviamente há muitos melhoramentos que podem ser feitos aqui, adequando-o à realidade de cada local, de cada escola.

Aqui, traz a previsão de que cada escola crie um comitê de segurança, em que será debatido a realidade daquela unidade escolar. Então, esse Protocolo de Ação em Situação de Risco Escolar, está aqui o projeto indicativo. Eu peço que minha assessoria passe uma lista com o nome, para todo mundo preencher, para quem quiser depois os modelos, eu enviarei lá no grupo, enviarei no *WhatsApp* de cada um, para que possa ser replicado nos municípios.

Por fim senhores, pode passar. Algo muito importante, alguém reconhece o que é esse monumento aí? Olhem para a tela, alguém já ouviu falar? Esse monumento está em uma praça no Rio de Janeiro. Trata-se de um monumento feito aos adolescentes, vítimas da chacina ocorrida na Escola Municipal Tasso da Silveira, lá em 2011, conhecido como "Massacre de Realengo".

Tão logo, nós tivemos essa tragédia em Santa Catarina, eu e minha assessoria jurídica - cadê o Delegado Júlio que me acompanhou lá? Nós fomos até o Rio de Janeiro para conversar com as pessoas da escola de Realengo, os professores. E ver quais são os protocolos que lá foram adotados após esse massacre.

Para quem não se recorda, em 2011, um maluco entrou dentro da escola, armado - que a gente chama de atirador ativo -, matou 12 pessoas e feriu, Coronel Padilha, outras 22.

Esse monumento é feito em cobre - os 11 adolescentes assassinados e mais uma borboleta, porque uma mãe não autorizou a imagem da sua filha. Então, colocaram uma borboleta simbolizando essa 12^a vítima. Ali na segunda imagem mostra a borboleta no braço de uma menininha.

E aí, eu fui lá - e quero agradecer aqui, mais uma vez à Diretora Sonia Novoa, a Cristina, que me receberam lá,

nessa escola de Realengo na cidade de Rio de Janeiro-, e comecei a perguntar qual eram os protocolos adotados pelo Estado do Rio de Janeiro - lá que nós temos as chamadas áreas conflagradas -, Secretário Vital, que são aquelas escolas que ficam dentro das Comunidades, onde há disputas entre a polícia, tráfico de drogas, milícia.

E eu perguntei: "E quando acontece um tiroteio aqui, tiro de fuzil, qual é o protocolo, o que vocês fazem? Como é que é? Fecha a porta? Liga para o 190? Quanto tempo leva? Tem um botão de emergência? Como é? Como que funciona isso?" Só para vocês terem uma noção, tão importante, talvez vocês não saibam aqui. O Rio de Janeiro, eu fui na CORE (Coordenadoria de Recursos Especiais) - no esquadrão antibombas -, eles desativam uma média de 8 bombas por dia, no Rio de Janeiro. Bombas caseiras artesanais - que eles pegam as pedaleiras de bicicletas, colocam pólvora negra ali, que são pólvoras de foguete, desses estampidos, pregos, parafusos, colocam "durepox", fazem bombas, e utilizam para atos terroristas, e para aterrorizar a população, inclusive, dentro das unidades escolares do Rio de Janeiro.

E eu perguntei: "Qual é o protocolo que vocês fazem aqui? Já que a realidade do Rio de Janeiro é de um cenário de guerra não declarado. O que que dá para a gente aproveitar daqui e levar para Rondônia?" Não me limitei a isso, junto com minha assessoria. Começamos a pesquisar nas doutrinas internacionais, nas doutrinas policiais - onde mais tem ataques terroristas dentro de escolas, Coronel Padilha: nos Estados Unidos. Vamos descobrir quais são os protocolos que os americanos utilizam para evitar esses ataques. Pode passar o próximo slide.

Mas, o que chama a atenção dessas fotos - aí estão a diretora e a vice-diretora atuais, da Escola Municipal

Tasso da Silveira, lá em Realengo, um bairro do Rio de Janeiro. Tem algo ali diferente, nessa foto. Estou eu, a diretora, a vice-diretora, o meu chefe de gabinete - Delegado Júlio -, e olha o que tem ali do lado? Um profissional da segurança pública.

Vou dizer, na prática, como funciona lá. Quando eu cheguei na frente da escola, imediatamente, desci do Uber, tinham dois portões. Quando eu me aproximei do primeiro portão, um profissional da Segurança Pública, esse senhor, levantou de lá e já veio em minha direção: "Bom dia, o senhor quer falar com quem?" "Olá, bom dia - me identifiquei, sou fulano de tal, e gostaria de falar com a diretora e com a vice-diretora." "O senhor tem um documento de identificação?" "Eu tenho" - pela grade, ainda, primeira grade. "Um momentinho, que eu vou confirmar se estão aguardando o senhor". Não abriu o portão. Foi lá, confirmou, falou com a diretora e a vice-diretora, e retornou. "Pois não, o senhor pode passar aqui."

Cruzei o primeiro portão. Tinha um segundo. "É com a área administrativa, não é?". Eu digo: "Isso, com a diretora e com a vice-diretora". "Senhor, por favor, aguarde aqui que eu irei chamá-las lá". Porque agora tinha o contato visual para elas saberem se realmente eu era a pessoa que tinha marcado com elas.

Então, veja, eu não consegui sequer acessar o prédio da escola, porque já tinha uma autoridade ostensiva ali, policial. Aí vocês devem ter estranhado assim: "Deputado, eu não estou vendo ele armado ali". É que é a realidade do Rio de Janeiro. Você não tem como, no Rio de Janeiro, deixar um policial com uma arma sozinha em uma escola. O tráfico, a milícia vão ali e matam esse cara. Lá, a polícia jamais vai ver um policial andando sozinho, só anda em

turma, mas a presença do profissional da segurança pública lá existe, existe. Pode passar o próximo slide, por favor?

Então, senhores, o que eu irei apresentar a partir de agora também está nesse material para vocês aí. É apenas uma sugestão, porque o que nós fizemos foi compilar diferentes doutrinas policiais, nacional e internacional, para que nós possamos sinalizar um caminho que possa ser adotado nas escolas dos senhores – escola estadual, escola municipal, creche –, porque os professores... deixa eu fazer uma pergunta para vocês. Não adianta fazer audiência pública aqui e as pessoas lá na escola vão perguntar assim: “Quando entrar alguém armado, eu faço o quê? Eu corro para um bombeiro, eu vou para o banheiro, eu grito, eu atiro pedra, eu faço o que com os alunos que estão dentro da sala de aula? Eu fecho a porta, eu abro a porta, eu pulo a janela, eu não pulo a janela?” As pessoas querem saber coisa prática. “O que eu faço na prática?”

Então, contando com o apoio do Sargento PM Clebson, do 9º BPM (Batalhão da Polícia Militar), nós compilamos diversos materiais aqui e eu estou distribuindo essas apostilas para os senhores, repetindo que quem depois quiser o documento digital para que possa distribuir, eu irei passar, basta preencher a lista.

O que é, em apertar da síntese, esse protocolo? Repito, é o protocolo americano. Lá no final vocês vão ver um QR Code, se apontar o celular ali e colocar, eu pedi para a assessoria fazer isso, vocês vão ver esse protocolo na prática, como ele funciona na prática, lá nos Estados Unidos. Vai abrir o videozinho lá depois para vocês. Vai cair na prática esse protocolo, que é o protocolo “corra, esconda-se e, por fim, lute”.

Então, a primeira ideia desse protocolo é correr. "Ah, mas espera aí, deputado, por que esse protocolo, vocês tiraram de onde?" Repito, uma condensação de diversas doutrinas policiais. E ele diz respeito, esse protocolo, ao atirador ativo. O que é o atirador ativo? Geralmente – geralmente, nem sempre, mas geralmente –, é uma pessoa que entra em um estabelecimento educacional ou religioso, e pela aleatoriedade vai escolhendo suas vítimas. E o objetivo dele é um só: matar o máximo de pessoas possível. Ele chega aqui e atira em todo mundo. Mas, nem sempre ele está armado. Às vezes está com uma faca, às vezes está com um machadinho.

Então, esse protocolo foi feito e condensado pelos americanos e é utilizado lá até hoje para casos de atiradores ativos, não necessariamente com uma arma de fogo.

Muito bem. Aqui eu trago algumas informações importantes. Primeira delas: não divulgar fotos e vídeos dos atentados do Brasil e de qualquer outro país. Por que isso? Porque dá protagonismo e notoriedade para a pessoa que causa esse tipo de atentado. E isso gera o que a gente chama em doutrina policial de "efeito contágio". Outras pessoas começam a olhar e começam a repetir.

Então, não divulgar fotos e vídeos e também não compartilhar mensagens de ameaças, porque causa pânico na população. O correto é você enviar às autoridades responsáveis por investigar aquele fato: a Polícia Civil; onde não tem Polícia Civil, a Polícia Militar, vai fazer a parte de prevenção. Conhece, tem acesso ao promotor...?
(falha no microfone)

Então, senhores, aqui eu trago detalhadamente um perfil genérico de como seria esse atirador; o que pode

desencadear um comportamento violento. Primeiro lugar, nós vamos trabalhar agora, diz respeito ao "corra". Ali tem tudo detalhadinho nessa apostila, não vou me esticar aqui, porque tem muita gente para falar. Mas, primeiro, ter uma rota que você pode planejar mentalmente, uma saída independente onde as pessoas podem seguir, se afastar dos sons e disparos. Deixa os seus pertences para trás. Primeira coisa: fugir do perigo. Por que eles trabalharam com a fuga? Porque é do ser humano esse sentimento de fuga. Então, eles trabalharam com algo que já é inato ao ser humano: fugir do perigo, fugir da ameaça.

Repito, isso é um protocolo americano, com base na larga experiência que eles têm de atentados escolares.

Depois, se esconder. Então, se o tiro está vindo de lá eu corro para cá. Aqui tem uma porta, o que eu vou fazer? Vou entrar aqui, e vou o quê? Trancar a porta. Está dentro dos protocolos aqui: colocar móvel pesado na porta. É toda uma sequência que essa doutrina nos traz. Coisa prática, gente. Não adianta colocar no papel um monte de leis, um monte de coisas e não ter atitude prática. E aqui diz como agir nessas situações.

"Ah, eu tenho que ficar de pé? Eu tenho que ficar abaixado?" Abaixado, embaixo de um móvel. Aqui vai dizendo tudo como você tem que fazer. Se tiver dificuldade, depois você olha o videozinho que está aí, só apontar o celular para o QR Code.

Ligar para o 190. E quando a polícia chega, o que o professor deve fazer? O que o aluno deve fazer? Como cada um deve atuar? Está neste protocolo também. Apontar ao policial de onde está vindo. Porque o policial quando chega para intervir, fazer a neutralização do atirador ativo, ele

já vai em direção ao perigo, em direção ao risco. Então, como devem se comportar as demais pessoas que estão naquele cenário, Coronel? Isso é um protocolo, está tudo aqui.

Então, senhores, por fim, senão tiver como correr e se esconder – aí é o sentimento de sobrevivência, e eles utilizam, por fim –, lute. Garanta a sua vida em primeiro lugar, depois das pessoas que estão com você.

Então, aqui nesse protocolo diz como as pessoas devem atuar, como os professores e funcionários devem atuar. Com a chegada da Polícia Militar o que deve ser feito, como reagir quando a polícia chegar. Informações que devo oferecer ao ligar para o 190. Ligar para o 190, para o Coronel Padilha, "Oh, está tendo um ataque aqui na escola." O que você tem que falar? Primeiro: "esse atirador está no 2º andar da escola. É um só" – já está dando o número de agressores. Você falou onde ele está, você falou quantos agressores são. "Olha, parece que é um rapaz que está de terno, o terno dele é preto." Está passando as características. "E ele está com uma arma bem grandona." Já está dizendo qual o tipo de armamento que o cara tem.

Vai vendo. "Olha, aqui na escola está cheio de crianças, tem aproximadamente 300 alunos agora." Já está dizendo qual o potencial de vítimas. Tudo isso no 190, rapidinho. "Não vi ele com nenhuma bomba." E aí você começa a dizer como as pessoas devem fazer.

Então, eu quero pedir às forças de segurança, e eu estou com Secretário Vital aqui. Vital, eu estou disposto, meu irmão – eu e a minha equipe –, a ajudá-los. E eu estou fazendo a minha parte aqui, que é pesquisar, estudar, apontar direcionamentos. Mas, eu acho que a Seduc junto com a Sesdec, podem, sim, fazer treinamentos para o comitê de cada escola. Cada escola monta um comitê, recebe

treinamento e vira replicador. Ou vão esperar acontecer outra tragédia? Vão esperar?

Eu estou fazendo a minha parte. Quem for omissos, vai ter sangue nas mãos se acontecer outra tragédia. Vou deixar isso claro. Está sendo gravado isso aqui. Quem se omitir, vai ser cúmplice e terá sangue nas mãos se algo acontecer com nossas crianças neste país.

Eu estou fazendo a minha parte. Fui para o Rio de Janeiro. Busquei condensar a doutrina policial nacional e internacional, fui atrás do que há de melhor. Condessei, estou entregando nas mãos, mas sou um só. Eu não posso percorrer todas as escolas do Estado e dar treinamento para todo mundo. Eu preciso do apoio de vocês, vereadores Rafael é o Fera, Rafaela do Batista.

E eu já quero aproveitar, Deputado Alex Redano, para lhe fazer um convite. Hoje, a convite do Vereador Rafael é o Fera, Vereadora Rafaela do Batista, gostaria muito da sua presença na Câmara Municipal de Vereadores, hoje, às 18:30 horas, nós faremos lá uma Audiência Pública para tratar do assunto da nossa cidade de Ariquemes. Quem for vereador de outra cidade e quiser que a gente compareça eu vou com maior prazer.

Então, você vereador, você prefeito que está nos assistindo, se vocês forem omissos vocês serão cúmplices. Gostaria muito que esse material fosse divulgado. E, por fim, eu vou aproveitar aqui, já estou terminando, no final participe da pesquisa de opinião sobre segurança nas escolas, tem um QR Code aqui. Aqui é direcionado a professores, gestores escolares, pais. Para quê? Para dizer quais são os maiores problemas de segurança dentro da sua escola.

"Deputado Camargo, você tirou isso da sua cabeça? Você inventou?" Não! Eu busquei na doutrina policial internacional o que há de melhor, essas pesquisas aqui, isso aqui é o protocolo internacional. E é fácil, você vai levar 10 minutos para responder. Só apontar a câmara e responder.

Depois nós vamos condessar isso em gráficos. Inclusive, eu quero fazer um agradecimento aqui, Coronel Vital, ao Secretário de Segurança do Rio de Janeiro, à Polícia Militar do Rio de Janeiro que nos deu todo suporte para isso também. Rondônia possui a melhor Polícia Civil desse país. Hélio, mais de 90% dos crimes elucidados. A Polícia Militar do nosso Estado de Rondônia está entre as melhores do Brasil, o Corpo de Bombeiros, a nossa Secretaria de Segurança aqui é top!

Só que a nossa realidade é que a gente não vive uma guerra de fato. E a gente precisa deixar a vaidade de lado e ir buscar com quem vive uma guerra todos os dias e aprender – aprender – que foi isso que eu fiz. Eu fui atrás de coisas para aprender. Então, eu gostaria muito de contar com você, papai, você mamãe, você que é diretor de uma escola, a tia que trabalha na cantina, que é pai de um aluno, entre nesse QR Code, preencha, preencha esse formulário, que ele é muito importante. "Deputado, o que você vai fazer com este formulário?" Vou pegar este formulário, vou entregar lá na mãozinha do Vital: "Olha, Vital, está aqui o resultado da pesquisa. Agora é com você, meu irmão. Você é o gestor do Sesdec. Agora resolve com a Polícia Civil, com a Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, agentes socioeducativos, sobre o que vocês irão fazer". O resultado da pesquisa está aqui.

Eu rogo ao nosso Senhor Jesus Cristo, o meu Salvador, que Ele nos conceda muita sabedoria para que a gente não se

omita e não esperemos que aconteça uma outra tragédia no nosso país ou no nosso Estado, até que as autoridades tomem providências. Eu fiz a minha parte e eu espero que você faça também.

Quem quiser participar do meu grupo de WhatsApp, eu tenho 10 grupos sobre segurança pública, quase todos estão lotados, mas tem um QR Code aí, também, e lá a gente vai discutindo e, sempre informando, colocando material, tá? Deus abençoe a todos nós. Desculpa por ter me alongado, mas eu acho que era muito necessário a gente ter falado sobre atitudes práticas. Muito obrigado.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Parabéns...

O SR. DELEGADO CAMARGO - Obrigado, Deputado Alex Redano, eu sei que é protocolo, a gente, sempre quando vem aqui bate palmas em respeito à pessoa, mas nenhum homem é digno de palmas. Então, agora, eu peço uma salva de palmas ao nosso Senhor Jesus Cristo, a Ele, sim. Obrigado.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Agradeço o convite. Eu tenho algumas reuniões agora no período da tarde e à noite, vou ver se consigo ajustar a agenda, pois gostaria muito de participar.

Passo a palavra agora ao Excelentíssimo Doutor Vice-Reitor da Universidade Federal de Rondônia - UNIR, o senhor José Juliano Cedaro.

Podem ficar à vontade. Quem quiser falar da Mesa, da tribuna.

O SR. JOSÉ JULIANO CEDARO - Bom dia a todas e a todos aqui presentes. Deputado Alex Redano, na sua pessoa cumprimento todos que compõem esta Mesa de Honra. Pela Professora Camila, membro do Conselho Estadual de Educação, cumprimento todas as pessoas aqui presentes nesse auditório da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, bem como àqueles e àquelas que acompanham pelo Canal do Youtube.

Em nome da Universidade Federal de Rondônia, eu agradeço o convite, mais uma vez, desta Assembleia, a Casa do povo, para que possamos estar aqui para debater assuntos importantes.

Um jornalista americano, uma vez, disse que, para todo problema complexo tem sempre uma solução simples, elegante e completamente errada. A questão de quando a gente fala de segurança pública e, particularmente, em problemas na Educação, é algo que retrata exatamente essa situação.

Eu falo aqui, possivelmente em nome da, não só da Unir, como a única universidade pública no Estado de Rondônia, mas também falo, de alguma maneira, como oriundo, de todas as escolas públicas e o papel que elas têm e precisam ter para isso.

Eu gostaria muito de estar aqui debatendo sobre metodologias de ensino, ajustes do nosso processo de formação das nossas crianças, dos nossos adolescentes, dos nossos jovens, das pessoas que querem estudar para melhorar o nosso País. Nós temos grandes desafios, chegam aí questões relacionadas à inteligência artificial, ao novo mundo que se avizinha, que se aproxima, e talvez, algo mais próximo a isso que nós tivemos foi na Revolução Industrial, lá no Século XVII, XVIII, que vai mudar por completo a nossa vida.

Mas, as escolas que deveriam ser alvo de convívio, de formação, passaram a ser alvos de ataque, passaram a ser alvos de sensação de insegurança. E por quê? Estando presentes na sociedade, a gente passa a ter nas escolas o reflexo daquilo que acontece na sociedade. É só ver os dados do que acontece, dos índices de violência, do ato de violência no Brasil, a gente vê o número de assassinatos, de estupros, de casos recorrentes de importunação sexual, de assédio moral, de assédio sexual, e de distúrbios de um modo geral que acabam acontecendo e que a gente acaba enfrentando. De modo que a gente precisa, de alguma maneira, pensar soluções imediatas, rápidas, porém não simples, e soluções a longo prazo. Isso é fundamental.

Há uma necessidade de se tomar decisões com menos apaixonamento e com mais inteligência. O Deputado Delegado Camargo mencionou agora há pouco, mas acho que ele já se retirou, sobre, por exemplo, o que aconteceu em 2011, em abril de 2011, se não me engano, dia 11 de abril de 2011, na escola em Realengo. Tem um professor da universidade que desenvolveu, chamado Tiago Pimenta, uma pesquisa e um trabalho, por meio da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, sobre esse caso, que foi algo que impactou e posteriormente a gente começou a ver situações que foram se intensificando.

Tivemos, em 2019, um caso no ABC, São Paulo; tivemos depois, em 2021, um caso na cidade de Saudades, também em Santa Catarina; e mais todos aqueles, no Espírito Santo, novamente em Santa Catarina, mostrando que isso tem sido intensificado. O que implica uma necessidade de uma ação, tal qual essa, de pensar e discutir isso de uma maneira muito efetiva.

A gente poderia copiar coisas boas que os norte-americanos fazem, só que parece que a gente está começando

copiar aquilo que tem de pior. Se pegar os dados de violência nos Estados Unidos, na Inglaterra e na Austrália, três países anglo-saxões, você vai verificar que tem uma diferença muito grande e tem algo relacionado à cultura de cada um desses países que precisa ser considerado e que nós não podemos repetir. Nós não podemos emular uma cultura de ódio, uma cultura de divulgação, de alarmismo e, sobretudo, a gente precisa ter mecanismos de vigiar, de controlar, aquilo que hoje intensifica muito isso, que são as redes sociais, a *deep web* sem controle.

Em outros tempos, isso ficava apenas de conversa, de fofoca. Hoje qualquer um – eu vou usar o termo que o deputado utilizou, porque eu quero chegar a isso, entre aspas, depois eu comento – um “maluco” pode utilizar isso como uma forma de divulgar ideias e muita gente compra isso e replica isso para aquilo que a psicologia ensinou, já nos anos 1950, de efeito manada, que causa um profundo desespero e uma sensação muito maior.

Pois bem, falando aqui em nome da universidade, então recentemente a gente começou a ter algumas situações. Eu estive aqui há duas semanas para debater a questão da violência contra a mulher nos espaços da educação. A gente começou a ter registros de casos. Eu não sei se são inícios de casos que nunca tinham acontecido ou, finalmente, que a gente está tendo a coragem de muitas mulheres em denunciar. Tivemos pelo menos três casos. Hoje, inclusive estive cedo, oito horas da manhã, na Polícia Federal para apresentar alguns documentos de importunação sexual, de pessoas que têm invadido banheiros femininos para importunar mulheres que estão naqueles espaços absolutamente privativos. Coisas que até então a gente não tinha esses registros.

Isso foi amplamente divulgado. A gente tem feito todos os registros junto aos órgãos públicos, divulgando, pedindo

que as pessoas façam registros a respeito disso. Já estive no Comando-Geral da Polícia Militar, já estive em reunião na Sesdec, junto com o Secretário Felipe Vital, a todos eles pedindo apoio para nós.

A Unir tem oito *campi*. Ela tem *campus* entre a nossa fronteira com a Bolívia, Guajará-Mirim, até Vilhena. O que a gente espera é que cada um desses *campus* possa ser integrado com a sociedade como é na maioria dos locais. Na UFAC (Universidade Federal do Acre), aqui perto, as pessoas vão fazer fotos de casamento, vão fazer piquenique.

Eu estudei muitos anos na USP (Universidade de São Paulo), eu lembro que um dos problemas que tinham era os ciclistas, nos finais de semana, com os motoristas. Por quê? A universidade é profundamente integrada à sociedade e era um espaço com boas vias para as pessoas circularem.

O que eu espero é que a Universidade Federal de Rondônia tenha condições, que a sociedade – e aí eu diria para todas as escolas públicas em particular –, que a gente possa ser um lugar de receber a comunidade, seja de fato um espaço comunitário, onde as pessoas vão ali fazer piquenique, onde ali as pessoas vão assistir a um filme, vão assistir a uma peça de teatro, irão assistir a uma apresentação de música. Essa é a expectativa da qual a gente tem. Uma universidade absolutamente integrada.

Porém, a gente enfrenta algumas soluções, falando das necessidades rápidas, por exemplo. A BR até o *campus* José Ribeiro Filho é uma via absolutamente esburacada; o mato que não foi aparado há muito tempo; e ela é mal iluminada. Coisas que já aconteceram de eu ter que parar para socorrer algumas pessoas cujo carro o pneu furou, o carro quebrou, e ter que parar à noite para ajudar.

Então, imagine uma mulher que o carro o pneu fura, e ela para ali em uma via escurecida. Isso a gente tem pedido, isso seria uma solução rápida para isso, seria uma solução que ajudaria bastante. Imagine a insegurança pela qual ela passa em um mato elevado, onde que possa sair uma pessoa que lhe possa fazer mal. Isso é uma das coisas da qual a gente espera, que isso possa ser feito.

Entrando em contato com os órgãos, o que eles relatam para nós, o que acontece: que eles colocam os cabeamentos, a iluminação, e é roubado. Olha só, há furtos no processo de iluminação de uma via pública. Então veja só o risco disso. Aí a Unir, falando particularmente do *campus* de Porto Velho – poderia falar de todos os outros campi – é um bairro, é um grande bairro de Porto Velho, onde circulam em torno de seis mil pessoas e é impossível eu fazer o controle de quem entra e quem sai.

A ideia dela é que seja integrada, entra um ônibus trazendo 40, 60 pessoas a cada hora. Entram e saem a cada momento. Até em função disso, e de alguns acontecimentos, a gente solicitou a ronda da Polícia Militar, a ronda escolar e pedimos também a ronda da Patrulha Maria da Penha. Com a presença, aquilo que o deputado que me antecedeu aqui, na fala mencionou, a integração com os nossos vigilantes patrimoniais terceirizados, a integração com a comunidade, que em uma emergência você possa ser acionado.

Isso é uma solução mais de contato direto com as forças de segurança. Algumas pessoas falam assim: “Por que vocês não contratam segurança armada?” Além de ficar muito caro, eu não teria segurança se essas pessoas são devidamente preparadas. Nós já tivemos, e tivemos duas situações absolutamente assustadoras. Uma vigilante, aqui no prédio administrativo, estava com uma arma, vieram alguns rapazes e tomaram a arma dela. Nós tínhamos um

prédio cedido pela SPU (Superintendência do Patrimônio da União) que era para ser hospital universitário, que foi considerado inadequado, então devolvemos, mas em 2015 alguns bandidos foram lá, atrás da arma dele e o assassinaram, em 2015.

Então, de fato, a gente quer o vigilante para colaborar conosco, uma questão patrimonial, uma questão integrada, mas não um vigilante armado, além de tornar muito mais caro e talvez mais ineficaz. A gente precisa, de alguma maneira, mecanismos que garantam e que melhorem essa segurança de uma maneira mais inteligente.

Mas, qual que é a solução a longo prazo? O que de fato precisa ser feito para que isso mude, Deputado Alex Redano? Começa, em primeiro lugar, aquilo que é o papel das escolas, a formação do indivíduo, uma mudança de cultura, a gente precisa preparar professores integrados com famílias para divulgar um outro tipo de cultura, um outro tipo de relacionamento.

O Deputado Delegado Camargo mencionou a história e aí, eu retomo a questão do "maluco". Maluco quando a gente diz a gente já entende, são pessoas com transtorno mentais, pessoas com doença mental, muitas das vezes as pessoas que acabam praticando isso, são pessoas com graves transtornos, que não foram tratados, que não foram aparados. A gente precisa reforçar a estratégia saúde da família. Que a presença de profissionais de saúde, de agente comunitário, na casa, acompanhando as pessoas e dando a devida assistência, junto com profissionais de enfermagem, profissionais da assistência social, profissionais da psicologia, profissionais médicos especializados na área de saúde mental, que possam fazer ações preventivas.

A gente precisa de profissionais de educação física, não só nas escolas, mas precisamos nos postos de saúde. Precisamos ter praças onde as pessoas precisam e possam praticar atividades físicas, atividades saudáveis, que isso vai criar de fato, uma população muito mais, repetindo, saudável. Pessoas que de fato façam uma cultura do culto ao bem-estar, ao bem-viver e não ao ódio, e não a matança, e não ao desferimento de uma política absolutamente mortífera.

É isso que a gente precisa. A gente precisa criar mecanismo do qual as pessoas se integrem com a educação, com professores bem formados, bem pagos; profissionais de saúde bem formados, bem pagos; profissionais de segurança bem formados, bem pagos. Que cada um, fazendo esse seu papel, já previsto na Constituição; já previstos em programas elaborados pelas Secretarias de Educação por todo o país; já previsto no SUS (Sistema Único de Saúde); já previsto no SUAS (Sistema Único de Assistência Social). Isso sendo efetivado, essas problemáticas se tornarão pontos ínfimos, eventos e não algo corriqueiro, que a gente passa enfrentando, é isso. Políticas que façam, que mude uma cultura, que a gente combate a misoginia, combata o racismo, combata todo tipo de ódio.

Quando isso for feito, daquilo que já está devidamente estruturado e desenhado, não teremos esse problema. Mas, claro que precisamos dessa ajuda, solicitamos que a gente possa ter lá no *campus*, por onde circulam mais de seis mil pessoas por dia, os totens que, parabênizo mais uma vez a Sesdec pela instalação - que têm um alto impacto na sensação de segurança -; a integração do nosso videomonitoramento, também com a Secretaria de Segurança; a ronda de forma intempestiva, da ronda escolar da Polícia Militar - como uma forma de dizermos: a Segurança Pública

está por aqui. O devido recapeamento do asfalto, da via que leva até a Universidade Federal de Rondônia; a iluminação tanto dentro do *campus*, nas vias públicas, quanto da BR. Mas, precisamos também, em conjunto, estimular uma educação em nome da vida, de verdade, sem panfletário. Algo que a gente estimula uma cultura, verdadeiramente, de paz, de convívio e de respeito mútuo entre todas as pessoas, a despeito das suas origens e dos seus pensamentos.

Enfim, é isso. Esperamos que para além de palavras, a gente avance nisso, porque é fundamental, porque é o futuro da nossa nação que está em jogo neste momento. Só existe uma maneira de a gente enfrentar a barbárie: com educação, com formação. E não tem como fazer isso se nós não valorizarmos os nossos profissionais de educação, sejam eles os técnicos, sejam eles sobretudo nossas professoras e nossos professores. Isso é uma missão de cada um de nós.

Muito obrigado, mais uma vez, por esse espaço. Um bom dia.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Obrigado pelas palavras, Excelentíssimo Senhor Doutor José Juliano Cedaro.

O Cerimonial está à disposição. Quem quiser se inscrever para uso da fala, só sinalizar com a mão, pessoal, e o pessoal do Cerimonial irá até vocês.

Convido, neste momento, o Senhor Valmir Souto, assessor de gabinete, representando a Secretaria Estadual de Educação - Seduc.

O SR. VALMIR SOUTO - Bom dia a todos e todas. Gostaria de, em nome do Deputado Alex Redano, cumprimentar os demais

membros da Mesa. Em nome do professor Nilson, nosso Coordenador Técnico da Seduc, cumprimentar os demais presentes.

Eu gostaria de pedir ao Cerimonial que compartilhasse uma apresentação que nós trouxemos da Secretaria de Educação, em que nós vamos mostrar para vocês algumas ações que a Secretaria de Educação já vinha realizando e outras que serão implementadas em razão inclusive dos últimos acontecimentos.

Bom, enquanto eles não colocam a apresentação, gostaria de justificar a ausência da Secretária de Educação, a professora Ana Pacini. Ela encontra-se em viagem a trabalho, uma visita técnica ao município de Sobral, com relação ao PNAIC, que é o Programa de Alfabetização na Idade Certa. Então, ela e mais alguns assessores, inclusive Secretários Municipais de Educação, estão em visita ao Município de Sobral, no Ceará. Em razão disso, ela não pôde estar presente. Mandou os cumprimentos a todos e informou inclusive que está acompanhando pelo YouTube a Audiência Pública que está sendo realizada.

Bom, enquanto a apresentação não é compartilhada, essa apresentação nós vamos fazer em duas etapas. Uma delas são as ações que a Secretaria de Educação já efetivou, já vem efetivando com relação à segurança nas escolas; e a outra é com relação às ações de prevenção. Então, assim, bem antes mesmo desses fatos mais recentes que causaram uma certa comoção e que a mídia noticia de forma muito intensiva, a Secretaria de Educação já tinha essa preocupação, porque nós sabemos que a violência na escola, a indisciplina, não é uma coisa recente, ela não é uma coisa nova. A gente já tem esses acontecimentos há bastante tempo.

Então, a Secretaria, preocupada com isso, sempre vem adotando algumas medidas. Ultimamente, em razão de todo esse noticiário é que nós intensificamos e criamos novas estratégias para tentar enfrentar essa problemática tão atual.

Enquanto a apresentação não é compartilhada, eu vou pegar minha cópia aqui no celular para a gente não perder tempo, e aí eu vou iniciar depois. Se eles conseguirem ali, a gente dá seguimento.

(Apresentação de slides)

Bom, como medida de segurança, gostaria de informar a vocês que a Secretaria de Educação... Ok. Pode passar a próxima tela, por gentileza.

A Secretaria de Educação, como vocês podem ver, nós temos atualmente um sistema de monitoramento nas escolas. Então, das 319 escolas que nós temos, nós temos mais 408, porém essas demais são basicamente escolas indígenas rurais, mas, no contexto das escolas urbanas, nós temos 294 escolas em que tem algum tipo de segurança. Então, seja ela um monitoramento - são 180 -; aquelas que não tem monitoramento a gente tem a vigilância, a vigilância armada, aquela vigilância que muitos já conhecem.

Então, assim, ali tem um quadro distribuindo por Coordenadoria de Educação, para quem não é da área. A Secretaria tem uma organização administrativa com representações no interior do Estado, um agrupamento de municípios. Então, são 18 coordenadorias que representam os 52 municípios.

Além dessas escolas - as 18 Coordenadorias, mais 6 unidades administrativas, incluindo o Conselho Estadual de

Educação -, tem essa medida de segurança, que foi contratada a partir do ano passado, junho, mais ou menos do ano passado. Nós iniciamos a contratação. É uma empresa que já presta o mesmo serviço ao Estado do Amazonas. Então, em visita àquele Estado, a Secretária foi apresentada, visitou algumas escolas, achou interessante, e aí resolveu iniciar as tratativas e nós contratamos a partir do ano passado essa vigilância, esse monitoramento nas escolas. Próxima tela, por favor.

Esse sistema não é meramente câmeras de segurança. Ele realmente é um sistema de proteção de segurança que é uma série de mecanismos. Como, por exemplo, portaria eletrônica, a exemplo desses condomínios residenciais que muita gente conhece. Então, a pessoa chega lá, se identifica. Além da própria escola, os funcionários da escola fazem a liberação ou não, existe uma central de monitoramento em tempo real funcionando sete dias por semana, 24 horas por dia, que faz esse monitoramento nessas escolas.

Além disso, tem um botão de pânico físico nessas escolas, nas 180 escolas em que o sistema funciona. E nas demais escolas, ou seja, as 180 mais as 139, nós temos também um botão de pânico virtual, digamos assim. Através de um aplicativo de celular. Existem também alarme sonoro, existem detectores de presença, sistema de detecção de modo geral. E, como ela funciona 24 horas por dia, quando a escola precisa ser acessada em um momento que a escola não funciona, essa central tem que autorizar a entrada. Mesmo sendo o diretor da escola, mesmo sendo alguém da gestão, existe um protocolo de que eles precisam fazer a solicitação via central de atendimento, central de monitoramento.

Esse botão de pânico, que existe no aplicativo, físico nas 180 (escolas), no aplicativo em todas as escolas, ele aciona essa central de monitoramento que, por sua vez, avalia a necessidade de pedir uma intervenção dos órgãos de segurança, seja Polícia Militar, seja Corpo de Bombeiros, seja Polícia Civil, dependendo da ocorrência. Então, essa chamada, esse pedido de ajuda chega na central e a central de monitoramento aciona. Quando é algo que não há a necessidade de acionar o sistema de segurança, a própria empresa contratada tem um sistema de ronda também que faz rondas regulares e também faz atendimento via o acionamento desse botão de emergência.

Então, só para vocês terem ideia, ultimamente a gente recebeu um diretor de escola de uma região central aqui da cidade, e ele comentou conosco que estava havendo muita ocorrência, inclusive não seria da competência deles, mas ele pediu ajuda para essa empresa para que eles passassem no momento de entrada e saída dos alunos, porque estava havendo muitos furtos de celulares, roubo de celular em um ponto de ônibus próximo à escola. Diariamente chegavam três, quatro, cinco alunos reclamando que haviam tido os celulares roubados. Ele pediu para que a empresa concentrasse essa ronda, esse monitoramento no entorno da escola, nesses horários de entrada e saída e ele disse que praticamente sumiu esse tipo de ocorrência, esse tipo de reclamação dos alunos.

Outra coisa que ele citou também foi o pronto atendimento. Ele disse que sempre que aciona, eles chegam de forma rápida. Próximo slide, por favor.

Como eu já havia falado, aqui basicamente é um fluxo de como funciona. Eu já expliquei sobre isso, é uma coisa mais técnica, a quantidade e equipamentos que tem, como

funciona o fluxo de atendimento. Pode passar os dois próximos slides, por gentileza.

Ali é a central de atendimento, como eu já havia falando, funciona 24 horas por dia, sete dias por semana. O próximo.

Tem algumas imagens, o quantitativo de equipamentos que foram colocados nas escolas, número de câmeras, é uma questão mais técnica mesmo. Próximo, por favor.

E esse é o APP (aplicativo), o botão de pânico que funciona em todas as escolas. É importante destacar que neste momento, como já falei inicialmente, essa central de monitoramento faz o filtro, digamos assim, e aciona as forças de segurança. Mas, ultimamente a gente tem trabalhado junto com a Sesdec, que reúne Corpo de Bombeiros, Polícia Militar, Polícia Civil e já existe uma tratativa para que esse APP seja integrado à essas centrais de atendimento da Polícia Civil, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros para que isso fique de forma automática.

Então, isso agiliza muito mais o atendimento. E, do ponto de vista técnico, a empresa nos informou que eles usam uma API (Interface de Programação de Aplicação) livre e é perfeitamente viável e possível fazer essa integração. As forças policiais manifestaram interesse também, inclusive eles podem auxiliar também nesse monitoramento. Então, isso está em tratativa, provavelmente em breve a gente tenha esse acionamento direto nessas centrais.

Aí é mais um fluxo de como funciona. A pessoa está na escola, aciona esse botão de atendimento. Ele não é só para isso, ele funciona também administrativamente para qualquer ocorrência. Às vezes acontece um furto na escola e aí é preciso identificar o objeto furtado, e, se for do patrimônio da escola, a empresa faz o registro e a

reposição do bem, registra o Boletim de Ocorrência e tal. Se for um bem particular, de algum funcionário, mesmo assim eles auxiliam disponibilizando imagens, disponibilizando formas de identificação do autor daquilo ali e, evidentemente, segue aquele protocolo de Boletim de Ocorrência, com a apuração pela Polícia. Próximo, por favor.

Além de tudo isso que nós colocamos dessa questão de segurança, digamos assim, mais ostensiva, proteção do patrimônio das pessoas nas escolas, a Secretaria já desenvolve alguns programas, alguns projetos, algumas ações. Dentre elas, uma formação que a gente trabalha em todas as escolas, isso já vem há bastante tempo, através de um Manual de Convivência.

O que é esse Manual de Convivência? É um protocolo. Inclusive, foi construído juntamente com o Ministério Público, Conselhos: Conselho Tutelar, Direito da Criança, Conselho de Educação. Ele é uma coletânea de leis, protocolos e fluxos de como a escola deve proceder em situações como esta, de violência, de indisciplina na escola: a quem recorrer, qual o passo, que medida a escola deve tomar em cada situação.

Então, esse protocolo é distribuído de forma física, foram mais de 50 mil impressos que a gente distribuiu em todas as escolas da rede estadual, além de disponibilizar nos portais da Secretaria, o manual.

Além dessa formação que as escolas recebem, a gente tem um programa voltado de combate ao *bullying*. É uma política voltada à promoção da saúde física e mental, que é um programa do PSE (Programa de Saúde da Escola). Então, isso já vem sendo trabalhado há bastante tempo. Próximo.

Bom, oficinas com gestores, professores, tratando dessa questão da violência no contexto escolar, é uma realidade desenvolvida pela GPASO, que é a Gerência de Provisão, Avaliação e Saúde Ocupacional. Então, assim, a gente trabalha não apenas os alunos, mas também os servidores. Então, existe uma equipe de psicólogos que fazem esse atendimento, inclusive em cada coordenadoria a gente tem esses profissionais lá que fazem esses atendimentos, essas oficinas, essas escutas nas escolas.

Além disso, nós temos essas abordagens identificando manejos, encaminhamentos nesse contexto escolar em que permeia a violência, por meio dessa equipe que eu falei, da saúde do servidor. Próximo, por favor.

Bom, aquele Manual que eu havia mencionado antes, tem aí, uma ilustração dele, um link disponível no portal da Secretaria (<https://rondonia.ro.gov.br/seduc/programas-e-projetos/projetos/projeto-educacao-de-paz/>) e a informação de que, além das 50 mil cópias que nós distribuimos, nós disponibilizamos o Manual também nesse APP que todas as escolas têm. Então, aquele mesmo APP, com botão de pânico, também, eles podem fazer o *download*, podem baixar o Manual e podem se orientar sobre qual o procedimento a ser adotado.

Em consequência da contratação dessa empresa, foi construído no ano passado, esse Manual de Orientações Básicas da Segurança na Escola. Então, alguns protocolos, inclusive, o que o Deputado Delegado Camargo mencionou aqui, ele já existe, inclusive consegui identificar alguns daquelas indicações do protocolo sugeridas por ele dentro desse Manual de Segurança. Evidentemente, como ele mesmo falou do projeto dele, o nosso também é sempre passível de melhorias, de inserções e aperfeiçoamentos. Mas, a gente já

tinha contemplado algumas dessas situações dentro desse Manual. Próximo slide, por favor.

Até o momento a gente colocou aquelas ações já implementadas e, agora, vamos tratar das ações que a gente pretende implementar.

Dentro desse contexto, como eu havia mencionado no início, a Secretária já tinha essa preocupação, inclusive, em reuniões nacionais com os demais Secretários de outros Estados, essa discussão vinha sempre à tona. Então, a Secretaria de Educação, no ano passado, a Secretária encomendou para mim e para uma equipe que trabalha diretamente com essas questões, que nós desenvolvêssemos um programa, um projeto em que a gente pudesse tratar de uma forma mais efetiva, mais ampla, dentro deste contexto de cultura de paz, de não-violência nas escolas.

Então, dentro dessa demanda, surgiu esse projeto que a gente denominou de E-Paz, na verdade, "Projeto Educação de Paz", e ele ainda não foi lançado oficialmente, a gente já está com piloto aí, fazendo o treinamento, mas eu recebi uma informação agora de que, acho que dia 3, salvo engano, ele vai ser lançado oficialmente pelo governador, mas eu vou mostrar para vocês, mais ou menos, como vai funcionar. Próximo slide.

Bom, dentro desse projeto a primeira coisa que nós realizamos, foi a instituição de uma Comissão Interinstitucional. Foi bem interessante que, a gente ainda não tinha ativado efetivamente essa Comissão, e aí, com esses adventos últimos, a gente acabou meio que ativando, por força da situação, do contexto, a gente começou a reunir com essas entidades. Então, as entidades ali representadas, a própria Secretaria de Educação, que coordena, nós temos a Segurança Pública, a Secretaria de

Saúde, de Assistência Social, Polícia Militar, Polícia Civil, Bombeiros e também a União Nacional dos Dirigentes Municipais, que é a Undime, que representa todos os Secretários Municipais de Educação.

Então, apesar de ser um projeto, um programa para a Secretaria de Educação, nós resolvemos envolver também a União Nacional dos Dirigentes Municipais, porque havendo interesse, eles podem fazer adesão e podem replicar esses programas, essas ideias que nós estamos trazendo. A partir desse comitê, a ideia é que se crie 18 Comissões, distribuídas naquelas coordenadorias que nós mencionamos agora. Por quê? O comitê tem como atribuição analisar os dados, analisar o contexto e propor a política. As Comissões serão executivas; elas vão aplicar essa política no âmbito de cada município. Próximo slide.

Bom, ali a gente retorna ao Decreto. O Decreto é o 27.684, de dezembro do ano passado. E ali a gente colocou as atribuições: "I - criar estratégias de fortalecimento (...); II - analisar os índices de violência (...); dentre outras atribuições. Próximo.

Bom, o objetivo geral do projeto é desenvolver uma cultura de paz, criando uma rede de proteção e reduzindo a violência em nossas escolas. Então, basicamente, esse é o objetivo que nós pretendemos com esse projeto. Próximo.

Bom, ali é só uma representação de como vão ser distribuídas essas Comissões em todas as 18 coordenadorias nossas. E aí, as atribuições seria a execução da política. Eu não vou me deter ali no detalhamento para a gente ganhar tempo. Próximo, por favor.

Bom, dentro desse projeto nós temos ações educativas, nós temos ações também de intervenção, de proteção mesmo. Então, dentro das ações educativas, a ideia é criar um

portfólio de palestras. Como que isso vai funcionar? A gente sabe que tem muitas entidades – sejam públicas, privadas, sociedade civil – que se preocupam com várias questões, dentre elas essas questões de segurança na escola, cultura de paz, de não-violência. Mas, eu acho que é preciso a gente ter um certo cuidado, porque nem sempre, por melhor que seja a intenção, às vezes não tem a qualificação devida, às vezes você não pensou; a pessoa tem boa intenção, mas ela não pensou nos resultados. Então, às vezes é uma ação que fica muito inócua. A gente de repente paralisa a escola por uma ação e a pessoa talvez até tenha um outro direcionamento.

Então, pensando nisso, a gente vai ter dentro desse projeto também uma instrução normativa com publicação de um edital em que as entidades, as pessoas interessadas em trabalhar essas questões podem apresentar seus projetos, dentro daqueles requisitos que nós vamos estabelecer, dentro da política nossa de educação. E aí esse projeto sendo aprovado, ele sendo pertinente, ele tendo todos os requisitos que nós estabelecermos, ele fica disponibilizado na nossa plataforma que a gente vai disponibilizar no site da Secretaria de Educação. A gente já tem até um rascunho dessa plataforma. Ele vai ser disponibilizado e as escolas irão fazer a solicitação dessas intervenções.

Então assim, quem trabalha na educação sabe que isso é muito comum, as escolas inclusive reclamam muito, as gestões escolares, que a toda hora tem alguém querendo desenvolver alguma prática, alguma coisa. E a gente sabe que são muitas atribuições para a escola, do ponto de vista pedagógico, são 200 dias letivos, são muitas horas. E aí, às vezes, se ela for atender a todas as solicitações, acaba que o aluno não tem o conteúdo desenvolvido de forma adequada.

Então, isso também é para a gente organizar um pouco isso e qualificar essas intervenções na escola. Então, a gente vai inverter o fluxo. Ao invés de as pessoas chegarem diretamente na escola, oferecerem, não. Ela vai passar por esse crivo, digamos assim, da Secretaria, e aí essa Comissão vai ser intersetorial na Secretaria. Então, se tem dentro da área do esporte, tem pessoas especializadas lá que podem analisar e podem ver a relevância mesmo dessa proposta, aí a gente disponibiliza para a escola.

As escolas, por sua vez, quando houver necessidade, elas vão lá e verificam. "Não, isso aqui está validado, isso aqui é algo que realmente já foi balizado, já foi avaliado pela Secretaria." A gente vai entrar em contato e vai organizar dentro da nossa programação. Então, a escola consegue se organizar melhor com isso e consegue ofertar essas parcerias de uma forma mais organizada, efetiva e com resultados.

Bom, além disso, a gente tem a cartilha, que eu já havia falado, já havia mencionado. Próximo slide, por favor.

Bom, ações de proteção, rede de proteção. Essa rede de proteção é exatamente aquela que a gente mencionou com relação ao comitê e às Comissões. Então, o que é interessante, por que a Secretária pediu para que nós fizéssemos isso? Inclusive, ela deu exemplo disso. Ela disse que é comum, quando tem um evento trágico, e a gente, infelizmente, acaba ocorrendo esses eventos, não é? -, de uma ameaça de bomba, de até um suicídio em alguma escola e tudo, independente da escola, do município localizado, pode ser final de semana - essas coisas não têm nem hora nem dia para acontecer -, ela é acionada e aí ela tem que mobilizar todas as instâncias de polícia, os órgãos que o caso requer.

Nesse contexto, ela disse que acaba, muitas vezes, retarda muito essa ação, dificulta muito. Ela até relatou que têm casos que, às vezes, ela fica sabendo pela imprensa, depois que já está tudo noticiado e ela não consegue ter muita gestão sobre isso, e ajudar inclusive, com relação a isso.

Com a criação desses comitês, ou melhor, desse comitê e dessas Comissões, a ideia é que nós tenhamos pontos focais em cada uma dessas coordenadorias e, localmente, é muito mais fácil das pessoas se articularem. Por exemplo: o Município de Cacoal, é muito mais fácil eles resolverem uma crise se eles tiverem articulados ali, localmente, porque o coordenador de ensino conhece o chefe do Batalhão da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros. Ele conhece o delegado, conhece o Secretário de Saúde Municipal, o Secretário de Educação. Então, ele se articulando nesse comitê, qualquer situação dessas é muito mais fácil de eles serem acionados, de eles conseguirem realizar um pronto atendimento em uma situação de crise.

Então, esse comitê, além dele fazer essa execução, digamos assim, da política, ele pode ser acionado em uma situação de crise e ele responde de forma muito mais rápida. Então, a gente pretende fazer, criar essa rede de proteção, de atendimento.

Registros de ocorrência. Inclusive, a gente fez uma apresentação para o pessoal da polícia e como a gente não é da área, a gente acabou meio que equivocadamente colocando "registro de ocorrência" e a percepção que ele teve, que seria ocorrência policial. Na verdade, a gente vai mudar o termo, o termo talvez não seja o mais adequado. Então, quando a gente coloca ocorrência, é o fato ocorrido na escola, na verdade. Então ocorreu uma agressão física, ocorreu um caso de *bullying*, de *cyberbullying* na escola.

Esse registro existe um protocolo, como eu falei lá atrás, um Manual de Convivência, as pessoas sabem como agir na escola e existe um livro de ocorrências que a Orientação Educacional sempre faz - até para chamar os pais, para poder isso ter tudo registrado -, porém, isso é algo feito de forma física, local e a gente não consegue ter uma visão dessas ocorrências, desses fatos na escola.

É muito difícil você propor políticas sem dados, sem informação. A ideia seria utilizar aquele próprio APP que vocês viram inicialmente, que tem o boletim de pânico, que as escolas já utilizam - esqueci de falar, são 10 pessoas da gestão da escola que têm acesso àquele aplicativo. Então, não são todas. São 10 pessoas que têm acesso àquele aplicativo para se reportarem à central, em caso de urgência e emergência, e também administrativamente, à Secretaria. Porque a Secretaria também atende algumas questões administrativas de reposição, de manutenção e de uma série de coisas.

Bom, esse aplicativo, a gente conversou com a empresa e ela criou já para a gente, dentro do próprio aplicativo, uma outra tela em que a gente vai utilizar para registrar esses fatos relacionados à violência. Então, com isso a gente vai ter um painel de monitoramento e a gente vai conseguir ter uma estatística, um mapeamento e o perfil também, desses agressores e dessas vítimas na escola. Com isso, a gente vai poder direcionar, por exemplo, aquilo que eu falei lá atrás, do portfólio de palestras, muitas vezes a gente sabe que a intenção é muito boa, mas talvez aquela problemática, que está sendo discutida ou que se quer discutir naquela escola, não seja realmente o problema daquela unidade escolar ou daquele município.

Vou dar um exemplo. Às vezes, a gente vai dar uma palestra sobre drogas, é um fato que ocorre realmente, é

uma problemática universalizada. Porém, será que em determinado município, uma área mais distante, um município pequeno, aquele seria o maior problema? Será que existe incidência de uso de drogas, de alguma coisa desse tipo? Será que talvez, a gravidez na adolescência, talvez uma outra problemática, não seja mais evidente e constante naquela unidade escolar?

Então, com base nesses dados a gente pretende fazer exatamente esse mapeamento e identificar, inclusive, de repente, em uma escola, mas a gente sabe que é a turma tal, ou então, alunos da faixa etária tal, que mais se envolvem com aquele tipo de ocorrência. Então, a gente pode fazer uma coisa específica, customizado para aquilo, baseado em evidências, baseado em dados. Próximo slide.

Essas seriam as telas do aplicativo. Algo muito simples, na verdade, é um formulário para quem conhece, porém ele está dentro de um aplicativo, em que a pessoa vai selecionar a escola, a coordenadoria a que pertence, o município e ele vai identificar qual o tipo de violência. A gente listou, basicamente, umas 10 ali, mas como ele está sendo implantado de forma piloto, vai ser, em três escolas inicialmente em Porto Velho. Depois, na segunda fase, uma escola por município.

E, nessas fases-piloto, nós pretendemos fazer esses ajustes. Então, a escola vai nos dizer: "Olha, Valmir, esse tipo de ocorrência aqui que você colocou realmente não tem muito sentido. Então, não está adequado, mas as ocorrências são mais essas..." A gente vai fazendo os ajustes. Ou faltou um determinado campo que eles acham importante para preencher: a gente vai acrescentar.

Como esse aplicativo é desenvolvido dentro de uma tecnologia cuja atualização é imediata, então é muito

rápido a gente fazer as implementações. A gente fez uma reunião de apresentação interna para as Coordenadorias, e elas já sugeriram, antes mesmo de a gente iniciar o projeto, a gente ligou em um dia, no dia seguinte o técnico lá disse "Olha, Valmir, já implementei. Atualiza o aplicativo que ele já está funcionando". Aí é super-rápido. Então, a gente pretende fazer esse aperfeiçoamento.

Então, as pessoas escolhem inicialmente ali a "Vítima". Se é um estudante, se é um professor, se é um técnico da escola, se é um pai, que pode acontecer... Próximo.

Ele vai selecionar também "Idade". Se a vítima for um estudante, por exemplo, qual é a idade desse estudante?

A gente colocou inicialmente "Nome", e a gente consultou o pessoal da área da LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais) lá da Secretaria, eles informaram que "nome" não é um dado sensível. Então, não teria problema de circular. Mesmo assim, a gente está tomando a precaução, e a gente está pensando seriamente em excluir o nome, colocar algo que identifique, de repente uma matrícula, ou alguma coisa. Apesar de que vai ser uma central nossa lá e das Coordenadorias que vão receber os dados, mas a gente ainda vai ter uma preocupação. Talvez a gente retire essa identificação do nome, sobretudo de agressor, vítima. Então, talvez a gente exclua e substitua por uma outra identificação.

E aí vai ter "Idade"; em caso de aluno, qual que é a série para a gente poder traçar um pouco esse perfil.

O "Agressor", da mesma forma também: a gente vai identificar se o agressor é um professor, se é um aluno, se é um pai. A gente tem relatos de pais, inclusive, que já

agrediram professores na escola, e tal. Então, assim, são bem diversas essas questões.

A gente vai identificar, se for aluno, também "Idade", evidentemente a série; se não for... na hora que ele selecionar "professor", por exemplo, evidentemente que não vai aparecer aquele preenchimento ali para idade... para idade sim; mas para "turma", não.

E aí o "Sexo" também, que é importante a gente saber ali: "sexo masculino", "sexo feminino".

Na sequência, ele vai dizer qual o local que ocorreu o fato ("Local do ocorrido"). Foi na escola? Foi no entorno da escola? A gente sabe que, às vezes, tem briga generalizadas no entorno da escola, é importante a gente mapear isso também. Às vezes, não foi na escola, não foi no entorno, foi no transporte. Tem muitos alunos que utilizam transporte escolar. Então, foi no transporte rural ou mesmo urbano. Então, se houver um fato sabido, será relatado também, será colocado qual local.

"Descrição do ocorrido": aqui ele faz um pequeno relato do que ocorreu, qual foi o fato ocorrido.

"Ações preventivas". Então, há uma lista ali. A escola, após esse fato, o que ela realizou? Ela promoveu palestra? Roda de conversa? Ela chamou os pais para uma reunião? Então, a gente tem alguns já preenchidos ali só para ele selecionar, mas a gente também tem a providência ("Providências tomadas pela Escola") para que ele relate ali a providência. Para que isso também? Além de a gente disseminar uma prática positiva e exitosa, muitas vezes uma escola tomou uma providência muito mais assertiva do que uma outra.

Então, com base nessas informações, dependendo do caso, a gente pode analisar e pode estabelecer isso como protocolo, como padrão. Então, olha, para essa mesma situação, a escola "x" teve um procedimento melhor do que a escola "y". Então, vamos tentar adotar, vamos tentar padronizar esse tipo; ou às vezes a escola não sabia como agir naquela situação. Então, a gente vai parametrizando, vai estabelecendo esses protocolos com base nessas informações. Próximo.

Além disso, a gente tem, ao final ali, um botão ("Clique para anexar fotos ou comentários"), em que a pessoa pode anexar arquivos. Então, pode ser um PDF, pode ser um vídeo, pode ser um áudio, uma imagem. Então, de repente, tem uma imagem do ocorrido, foi um *cyberbullying* – um *bullying* através da internet –, ele pode pegar os *prints*, anexar e encaminhar. Isso vai ficar arquivado, isso vai ficar nessa central nossa de monitoramento.

Ao final, ele tem um *checklist*, em que aparece o formulário totalmente preenchido. Ele avalia se está tudo ok. Estando ok, ele envia para o sistema. Se não estiver ok, ele pode retornar e fazer alguma correção que ele considerar necessária.

Então, com base nisso, nós pretendemos ter realmente um dado qualificado, algumas informações. Conversando com a Doutora Tânia, inclusive ela tinha sugerido, em uma outra reunião que nós tivemos, fazer o cruzamento com dados da própria polícia. Então, eu conversei com a Segurança Pública, eles acharam interessante. E aí, claro, só está no momento no campo das ideias, mas a gente pode evoluir para isso. De repente, pegar dados já existentes de Boletim de Ocorrência, e tudo, e além desse dado nosso que seria da escola, o entorno também da escola. E traçar, fazer análise desses dados e ver se tem alguma relação direta, se não

tem; áreas mais violentas, menos violentas; como é que funciona a escola. Ou seja, é um conjunto de informações, de dados, que eu acho que vai ser bem relevante, vai balizar muito a política educacional.

E a ideia, é uma ideia no momento, na verdade. A gente está implantando, está tudo muito bem estruturado, mas, evidentemente, na prática podem surgir algumas dificuldades, alguns gargalos. À medida que a gente for executando a gente vai aparando essas arestas.

É isso que nós tínhamos a apresentar. Não sei se tem mais alguma tela. Próxima, por favor. Acho que encerrei. São as referências que nos utilizamos para a escrita do projeto.

Então, seria isso que a Secretaria de Educação gostaria de apresentar. É importante espaços como esses. A gente havia conversado, inclusive a Doutora Tânia – mais uma vez vou citá-la, porque ela colocou algo que eu achei bem interessante. Na reunião que nós tivemos em Ouro Preto do Oeste, Doutora Tânia, eu até fiz menção a isso e elogiei a iniciativa da Doutora Marlúcia Chianca de Moraes – Promotora de Ouro Preto do Oeste –, porque era visível que a Secretaria realmente tinha se mobilizado.

Não só a Secretaria de Educação, a Secretaria de Segurança, vários órgãos se mobilizaram muito rapidamente inclusive ela elogiou muito o Estado nesse sentido e as Secretarias Municipais. Porém, a percepção da sociedade é de que nada estivesse acontecendo. Inclusive nós recebemos e-mails de pais de alguns municípios falando isso: “O que a Secretaria está fazendo? O que governo está fazendo? Eu estou com medo de mandar meu filho para a escola.”

Então, muitas vezes, talvez a gente comunique de forma ineficaz ou não comunique tão bem. Então espaços como esse

eu acho que também serve para isso, para a gente comunicar. Não é uma propaganda "chapa branca", como se diz. Não. É para dizer, realmente, o que o Estado está atuando, que a gente está empenhado, tem a preocupação. Evidentemente que ainda falta muita coisa, a gente pode fazer muita coisa ainda.

Como eu falei, o projeto é um grande guarda-chuva, está aberto a contribuições, aperfeiçoamento. Mas, no entanto, eu acho que a gente caminha no rumo certo, a gente está trilhando esse caminho. É algo relativamente novo, principalmente essas questões de ataques, de terrorismo nas escolas. Mas, eu acho que a gente tende a se nortear de uma forma muito efetiva e muito positiva com esse projeto que nós apresentamos.

Então, eu fico à disposição dos senhores e das senhoras. Se houver algum questionamento, alguma dúvida a gente fica à disposição. Muito obrigado.

(Às 11 horas e 10 minutos, o Senhor Alex Redano passou a Presidência ao Senhor Delegado Camargo)

O SR. DELEGADO CAMARGO (Presidente) - Muito obrigado senhor Valmir, pelas suas palavras.

Eu confesso aos senhores, Valmir, Secretário Vital, que eu fico extremamente preocupado quando nós, é importante a gente traçar políticas públicas de médio e longo prazo, política de cultura da paz, manual de convivência, tudo isso é importante. É, a médio e longo prazo. A curto prazo, meu amigo Marcos Freire, o que pode parar um homem mau com uma arma é somente um homem bom com outra arma.

Eu vou pedir, por gentileza, que o telão jogue o que aconteceu há aproximadamente 30 dias em uma escola americana e vocês devem ter presenciado isso. Por gentileza, é um vídeo rápido não vai dar nem 2 minutos. Por favor, coloca o vídeo na tela.

(Apresentação de vídeo)

Senhores, não se combate terrorista entregando "cartilhinha" como essa, nem buscando sensibilizá-lo com cultura de paz. A polícia americana tem uns dos tempos de resposta mais rápidos do mundo. Eles têm ataques lá quase que anuais e o tempo, cada segundo que passa é uma vida que se vai. Esse atirador matou seis pessoas dessa escola, sendo duas crianças. E olha que o tempo de resposta da polícia, lá, é extremamente rápida. Botão do pânico é importante? É. APP é importante? É. Tudo isso é importante, não tenha dúvidas. Mas, temos um tempo de resposta rápida, imediata e eficaz somente com profissional de segurança armado dentro das escolas.

Então, eu vou, logo na sequência passar a fala ao Secretário de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania (Sesdec), o Excelentíssimo Senhor Coronel Vital. Talvez ele possa nos trazer aqui o tempo médio de resposta da polícia aqui no Estado de Rondônia.

Se nós fizéssemos uma experiência dentro de uma escola, hoje, ligássemos no 190, quanto tempo levaria para chegarem? Não é culpa da Polícia Militar. Nós temos os melhores policiais militares aqui neste Estado. A culpa é do Estado. Falta efetivo. Dá para resolver? Se quiser, dá. Se quiser, coloca oito, dez, quinze ônibus e prende mil pessoas em uma praça. Se quiser, dá. Aí, agora, eu quero saber se dá.

Com a palavra, o Excelentíssimo Senhor Coronel Vital, da Sesdec, pelo tempo que assim desejar.

O SR. FELIPE BERNARDO VITAL - Bom dia a todos e a todas aqui presentes. Gostaria de cumprimentar à nossa Mesa, a Excelentíssima Senhora Doutora Tânia Garcia, Promotora de Justiça do Ministério Público, que tem sido um parceiro para a Segurança Pública em todos os momentos; o Doutor Sérgio Muniz, Defensor Público, também a Defensoria Pública tem atuado em conjunto com todos nós, para trazeremos mais segurança para a nossa população de Rondônia; o Comandante-Geral Coronel Padilha, a Coronel BM Cristina, Chefe do Estado-Maior, representando o Coronel Nivaldo, Comandante-Geral do Bombeiro; o Delegado de Polícia, Diretor da Divisão de Repressão aos Crimes Contra o Patrimônio, Doutor Hélio; o Senhor Valmir Souto, Assessor do Gabinete, representando a Seduc; e o nosso Excelentíssimo Doutor José Juliano, Vice-Reitor da Unir. Estivemos conversando recentemente sobre segurança pública no *campus* da Unir.

Cumprimentar também o nosso Deputado Delegado Camargo, Deputado Delegado Lucas que, infelizmente, se envolveu em um acidente, agora há pouco; Deputado Alex Redano, também, dizer que sempre estamos de portas abertas, agradecer a parceria com que o senhor tem conduzido e tratado a segurança pública. Nós precisamos de uma segurança pública realmente reforçada para não só dar a sensação de segurança pública ao povo rondoniense, mas trazer de fato, a segurança pública no dia a dia.

O SR. DELEGADO CAMARGO (Presidente) - O senhor me permite um aparte, Coronel? O senhor está falando de uma

coisa que realmente nós precisamos, mas eu faço aqui em público um pedido para o senhor: me ajude a valorizar os profissionais da segurança pública deste Estado. Remuneração salarial para todas as categorias: Polícia Civil, Bombeiro Militar, Agente Socioeducativo. Eu aguardo ansiosamente e conto com o senhor, que venham rever o Plano de Cargos e Salários deles, está bom? Obrigado, Coronel.

O SR. FELIPE BERNARDO VITAL - Pode contar conosco, e, assim, principalmente, acima de qualquer um, o nosso Governador Coronel Marcos Rocha tem dado uma atenção muito especial, e, com certeza, para esse pleito não vai ser diferente.

Então a segurança pública, em Rondônia, assim como no Brasil, não é uma missão fácil. É uma missão difícil. Nós precisamos, - eu vejo hoje, à frente da pasta - como principal, a integração, o envolvimento de todos. Não só das instituições, da força de segurança, mas de toda a população rondoniense, de todos os Poderes: Legislativo, Executivo, Judiciário; Ministério Público, Tribunal de Contas. Cada um, na sua seara, pode ajudar a melhorar a segurança pública.

Muitas vezes, é fácil ficar de um lado, criticar, bater e reclamar. Mas, o que é que eu posso fazer para ajudar e melhorar, dentro da minha esfera, dentro da minha seara, dentro da minha atribuição? É isto que a gente quer: o envolvimento e o apoio de todos.

Essa situação específica que nós estamos tratando aqui hoje, sobre a segurança ou a insegurança nas escolas, em uma viagem com o nosso Governador Coronel Marcos Rocha, em quem a gente tem todo o respeito e agradecimento pelo que ele tem feito em pouco tempo aqui em Rondônia, mesmo com

todas as dificuldades, foi a um mês atrás, ou mais de um mês, nós estávamos em Curitiba reconhecendo e conhecendo o sistema de segurança e monitoramento lá em Curitiba, especificamente na cidade de Pinhais.

Eles mostraram para a gente que em um minuto eles recuperam qualquer carro lá, porque tem tanta câmera na cidade com leitor facial, leitor de placa, que eles conseguem em pouco tempo – foi o tempo que eles deram, um minuto – para recuperar um carro roubado. E o governador achou muito interessante. E ele falou: “Eu quero lá em Rondônia.”

Aí depois dessa visita fomos até o Governador Ratinho. E o Governador Ratinho comentou: “Estou implantando aqui a Escola Mais Segura”, e ele mostrou, pediu para uma viatura me levar lá na escola onde seria o lançamento, o treinamento, e o governador ficou encantado. Falou: “Eu quero lá em Rondônia”. Isso, início de março, primeira quinzena de março. E imediatamente ele pediu que eu passasse para a Secretaria de Educação. Passei para a Secretária, ela ficou encantada também. E começamos os trabalhos na segurança da escola com essa nomenclatura também “Escola Mais Segura”.

E depois começaram a acontecer esses casos. E a curto prazo, com o apoio da Polícia Militar, da Secretaria de Educação também, nós fizemos o reforço do patrulhamento escolar em todo o Estado. Isso foi antes do dia 20. O dia 20 foi um dia atípico, quando o Comandante tirou todo mundo do expediente, parou. Coronel Marcos Freire estava à frente dessa operação e colocamos policiamento em todas as escolas em todo Estado. Tivemos também a atuação da Polícia Civil, que foi muito importante, porque nós conseguimos trabalhar preventivamente.

Foram 66 boletins de ocorrência, 104 casos investigados, 156 oitivas, 22 mandados de busca e apreensão, 11 prisões e 11 armas de fogo apreendidas, com um trabalho excelente, que eu quero aqui registrar e agradecer, na pessoa do Doutor Samir, Diretor-Geral da Polícia Civil. Doutor Hélio, Doutor Swami, Delegado Vital, os próprios deputados também que nos apoiaram – Delegado Camargo, o agente Deputado Ribeiro, o Deputado Lucas –, que cada um, como eu falei no início, na sua seara pôde contribuir para que tivéssemos esses resultados.

Foi criado um grupo de trabalho integrado com a Seduc, Sesdec, Polícia Militar, Polícia Civil, Sejus, SEAS, Corpo de Bombeiros; teve integração também do Ministério da Justiça, Polícia Federal. Então, um grupo integrado para mapear e levantar e tomar as decisões. Então, foram ações a curto prazo. Teve gente que falou assim: "Mas, como que vai ter esse tanto de polícia na rua?", "Mas, de onde vai tirar?" A nossa deficiência é grande, de toda força de segurança, mas nós conseguimos, com o apoio do nosso Governador, pagar diárias para que esse militar, na folga dele, ele pudesse estar fazendo patrulhamento. E foi o que foi feito. E é o que está sendo feito.

Então, a gente está pegando o policial militar, que era para estar na folga, ele está fazendo o reforço do patrulhamento. E aí tem a motivação que é a Diária Especial do reforço do serviço operacional. Está sendo pago.

A médio prazo, nós cobramos, intensificamos a Seduc a instalação dos totens de segurança. O que esses totens fazem? Ele não substitui a presença do policial militar, mas ele é um posto policial militar, porque ele é interligado direto ao Centro de Operações, onde o despachante, o agente, o policial militar lá tem acesso a essa câmera. São três câmeras, além de uma *speed dome* de

360 graus, que faz leitura facial, leitura de placa e inibe.

Então, um totem desses lá em Curitiba, eu vi na prática, praças e escolas que tinham movimento de delinquentes, de aliciadores, de venda de drogas, que a partir do momento que colocou, inibiu; porque o Centro Integrado está visualizando aquela câmera, ele manda uma viatura, ele manda uma mensagem de alerta, o cidadão pode ir lá apertar e se comunicar diretamente com o CIOP (Centro Integrado de Operações Policiais) para passar qualquer situação.

Então, quem está ali com algum desvio de conduta, de pensamento, querendo fazer alguma coisa, ele: "Opa, tem uma câmera aqui, tem um totem aqui". Então a segurança otimiza o trabalho policial militar. Ajuda e muito. Então, a Seduc está trabalhando para a aquisição também, para ter na frente das escolas. E eles vão ficar ligados direto à Segurança Pública. Então, acaba que a gente é um braço a mais da Polícia Militar que vai ajudar não só a escola, mas o entorno da escola.

Treinamento com os policiais, com os professores, alunos, que são procedimentos adotados para vários casos, várias situações. Não só para essa situação específica, mas para caso de incêndio, caso de evacuação, abrigo e por aí vai. Têm várias mensagens de segurança e aplicativos, como já foi apresentado aqui, que vão ser feitos esses treinamentos, já estão sendo feitos. O constante monitoramento, a orientação aos pais.

Então, eu falei aqui as medidas que foram tomadas a curto prazo - que graças a Deus, não tivemos nenhuma ocorrência envolvendo nossas crianças, aqui no Estado de Rondônia -, graças a esse esforço, a esse trabalho

integrado, mesmo com tantas dificuldades, com tantos crimes para resolver e a Polícia Civil, com tantos patrulhamentos para fazer. A Polícia Militar, tem o patrulhamento ordinário, o patrulhamento rural, patrulhamento escolar e por aí vai.

Tivemos resultados obtidos muito positivos. Um grande número de escolas visitadas em todo o Estado - acho que nunca teve, na história. Todas as ameaças foram identificadas. Todas. Eu citei lá em cima, os boletins registrados, os casos investigados, oitivas, mandados de prisão, porque todas as ameaças foram identificadas e não tivemos ocorrências envolvendo nossas crianças.

E, para finalizar, eu gostaria de deixar aqui registrado, que o mais importante para que não tenhamos ou para que evitemos casos como este, é a atenção dos pais. Porque mais do que qualquer um, mais do que a Polícia Militar - que está na escola -, a Polícia Civil, a força de segurança como um todo, o pai tem a responsabilidade de estar ligado e atento ao seu filho.

Ele tem acesso à rede social; ele tem acesso a grupos de *WhatsApp*; ele tem acesso à mochila e ele vai saber reconhecer e verificar que o filho está diferente. Por que o meu filho está assim? O que será que está acontecendo? E na maioria das vezes, os pais estão tão preocupados com trabalho, com a correria do dia a dia, que ele joga nas costas do Estado, da professora, da Seduc, da diretora. "Não, o meu filho está na escola o problema não é meu, está lá está guardado, quem tem que ensinar é ele", mas o ensinamento principal vem de casa, vem do lar.

Então, é responsabilidade do pai, da mãe, olhar, avaliar e identificar o que está acontecendo com o seu filho. Assim, ele consegue informar à professora, a

diretora, fazer um trabalho com psicólogo e por aí vai. Nós não temos bola de cristal, a gente trabalha preventivamente, mas a gente não sabe - só Deus sabe, Deus é onisciente, onipresente, Ele vai saber o que passa no coração de cada um.

Agora, se os pais realmente, se envolverem nessa missão, a gente consegue evitar ou no mínimo, minimizar bastante, ocorrências desse tipo, aqui em Rondônia. Deixo aqui esse registro. Obrigado pela atenção de todos.

O SR. DELEGADO CAMARGO (Presidente) - Muito obrigado Coronel Vital, por suas palavras sempre enriquecedoras. Obrigado.

Eu estava aqui refletindo, agora, a respeito da fala do representante da Seduc, o Valmir - falou a respeito do controle das palestras. Eu fiquei pensando se um professor quiser me convidar ou convidar um assessor meu para palestrar em uma escola - eu que não sou base do governo, tampouco oposição, sou independente. Eu gostaria de saber depois, até vou pedir para a minha assessoria providenciar o ofício, como vai ser feita essa filtragem, quem irá aprovar essa palestra, quem irá entrar, quem não irá entrar, como que isso vai acontecer.

Fiquei preocupado aqui, a respeito do cerceamento também, da liberdade de expressão daqueles que não compõem base ou oposição ao governo. Pedir para a minha assessoria providenciar depois, então, por gentileza.

Em razão do adiantar da hora, eu vou pedir para os próximos inscritos utilizarem, por gentileza, algo em torno de três ou quatro minutos. Nós temos ainda nove inscritos

para falar. Então tentar, em razão do adiantar da hora mesmo, ser bem objetivo.

Eu vou convidar para fazer uso da palavra, o Excelentíssimo Senhor Delegado de Polícia Civil e Diretor de Divisão e Repressão aos Crimes Contra o Patrimônio, o Doutor Hélio Teixeira Lopes. A palavra está com Vossa Excelência, pelo prazo entre três ou quatro minutos, eu ficaria grato. Obrigado.

O SR. HÉLIO TEIXEIRA LOPES FILHO - Bom dia a todos. Cumprimento aqui, em nome do meu colega Delegado, Deputado Delegado Camargo, me permita em seu nome cumprimentar todos os integrantes da Mesa. Meu colega Júlio César, que não sei se está aqui presente. Cumprimentar, em nome dele, nossos colegas bombeiros e do querido Coronel Marcos Freire, longo combatente da Polícia Militar. Padilha, fique com ciúme não. Em seu nome, Marcos Freire, agradeço aqui a presença dos policiais militares, senhores e senhoras.

Na verdade, o convite veio ao Doutor Swami, que foi quem encabeçou essas denúncias que começaram chegar em 1º de abril. Aqui também já está na cartilha. Começou a circular na internet, acho que vocês sabem, em 20 de abril de 1999, houve aquele massacre na Columbine High School, em Columbine, no Estado do Colorado (EUA), onde dois alunos mataram, salvo engano, doze alunos e um professor. E começou a ser difundido isso nas mídias, Instagram, Facebook, WhatsApp, que seriam feitos ataques em comemoração.

Olha o que circulava em homenagem àqueles dois rapazes que fizeram aquele absurdo. E veio a enxurrada de denúncias. Colocamos o Doutor Swami à frente disso, ele é especialista dessa questão dos crimes cibernéticos. Aí

passou à loucura total. A Doutora Tânia, bem no início, estava de plantão como Promotora do Ministério Público, e foi trabalho de manhã, de tarde, de noite, sábado, domingo e feriado, para a gente tentar identificar os alvos para que a gente pudesse tomar as medidas necessárias.

Às vezes, chegava tanta denúncia que a gente não tinha condição de checar, de a gente correr... Não era, Padilha? "Padilha, nos ajuda". A Polícia Militar foi muito importante, muito mesmo. "Padilha, joga lá dois policiais lá na frente, porque nós não conseguimos identificar o alvo". Porque eles se escondem. E, até para fazer essa checagem, eles usam nomes falsos. Usavam perfis falsos. E o Swami ia atrás, chegava até meia-noite, ele me ligava e dizia assim: "Encontrei o alvo". Meia-noite. E a gente se socorria muito da Polícia Militar. "Padilha, esse alvo nós não conseguimos". Ele sabe, acho que o Swami fazia, acho que o Doutor Marcos que fazia esse contato. "Coloca policiais na escola tal, que nós não conseguimos identificar o alvo". A gente tinha medo de ter aquele ataque. E foi em razão disso.

Então, isso começou no dia 1º de abril, e os ataques seria dia 20 – o dia "D" deles seria dia 20 de abril. E passamos a fazer essas operações, que elas vieram do Ministério da Justiça. Muitas denúncias vieram do Ministério da Justiça e Segurança Pública, de Brasília. Algumas denúncias, do 197; e umas denúncias também no 190.

O Secretário já fez aqui um apurado. Essa operação que foi deflagrada pelo Ministério da Justiça começou no dia 1º de abril, que é a Operação Escola Segura. Ela foi deflagrada em todo o país. Ela tinha ações preventivas, de caráter educativo e também ações investigativas. As apurações das denúncias tanto do Ministério da Justiça como do 197 e 190.

Todas essas ameaças, todas, todas – como assim disse o Secretário: todas –, não ficou uma para trás. Aquela que a gente não conseguia identificar, a Polícia Militar nos ajudava, mas a gente continuava investigando para poder identificar o alvo. Todas elas foram tratadas como risco real.

O foco das ameaças é cibernético. Combate às *fakes news*. Ação rápida e contundente para inibir novas ameaças e gerar segurança. A gente tinha tanta preocupação que caí na besteira, na primeira operação que nós fizemos, de eu participar da coletiva, pronto. Aí meu telefone não parou de tocar. Pais, amigos pessoais: “Hélio, posso mandar meu filho para a escola?” Rapaz, é complicado. E eu, como profissional da segurança pública, dizia que sim, “vamos”. Mas eu ia dormir preocupado, Coronel. Dormia muito preocupado.

A cooperação dos demais órgãos. Seduc: muito importante. A Sesdec, a nossa Secretaria de Segurança, do nosso Coronel Vital. A PM; o Ministério Público e o Tribunal de Justiça. Esses atores eram muito importantes, porque não adiantava a gente identificar o alvo se a gente não conseguisse fazer os pedidos das medidas cautelares: busca e apreensão, internação, prisão preventiva.

A Doutora Tânia sabe disso. A gente fazia contato rápido com o assessor do promotor, da promotora, contato rápido com o assessor do juiz e, graças a Deus, essas medidas saíram bem rápido e a gente deixa aqui registrado e agradecer o empenho do Ministério Público e do Tribunal de Justiça.

O meu tempo aqui já está acabando. Gostaria de falar, se o senhor me permitisse – aqui eu sei que tem vereadores de outras cidades –, só rapidinho onde nós atuamos.

Regional de Vilhena: tivemos dois mandatos de internação, um mandato de busca domiciliar, oito pessoas ouvidas, cautelares de quebra de sigilo, uma arma de fogo apreendida – olha: na busca, na internação, arma de fogo apreendida. Arma branca, instaurado quatro PAIs, Procedimento de Apuração de Adolescente Infrator e um inquérito policial.

Regional de Guajará-Mirim: nove pessoas ouvidas, três mandados de busca domiciliar, duas buscas e apreensão de adolescente, internação, dois simulacros apreendidos, foi feito um Boletim de Ocorrência Circunstanciado, um TCO (Termo Circunstanciado de Ocorrência), palestra em escola. Os delegados lá fizeram palestra em escolas para acalmar a população. Além de reuniões com diretores de escolas. Aí eu acredito que quando falam não é somente escolas estaduais, mas também as municipais e as particulares.

Regional de São Miguel: uma ocorrência registrada, ameaça escrita na porta do banheiro. As providências lá também foram adotadas. Quatro pessoas ouvidas, palestras em escolas, visitas em escolas de Alvorada D'Oeste para orientação e presença ostensiva. Quando a gente fala em presença ostensiva a gente está falando da Polícia Militar, dos nossos colegas do Corpo de Bombeiros e da Polícia Civil. Palestras em escola, reunião entre Segurança Pública, Ministério Público e escola. Então isso ocorreu em São Miguel do Guaporé.

Em Ji-Paraná foram quatro pessoas ouvidas, dois registros de ocorrência, reunião com diretores. Dentro da regional de Ji-Paraná, em Ouro Preto, duas pessoas ouvidas; em Presidente Médici, uma pessoa.

Cacoal: duas ocorrências, apreensão de um martelo, investigação em andamento por apologia ao nazismo e aos massacres.

Pimenta Bueno: três ocorrências, todas elas concluídas com instauração de PAI. Celulares apreendidos.

Em Espigão D'Oeste: três ocorrências, três PAIs. PAI é Procedimento de Apuração de Ato Infracional, para vocês entenderem um pouquinho. Oitivas, canivetes apreendidos, celulares apreendidos, reunião na promotoria com demais forças de segurança pública e representantes de escolas.

Regional de Jaru: providências em andamento com autor preliminarmente identificado, perícia acionada por uma ameaça.

Vale no Anari: reunião com direção da escola e orientação de coleta de informações.

Machadinho D'Oeste também reuniões e visita às escolas.

Jaru: tivemos ocorrências policiais e diligências em três escolas. Adolescentes espalhando *fake News* em grupo de WhatsApp por um possível atentado à escola.

Em Ariquemes – acho que tem uns vereadores que são de Ariquemes –, reunião com todos os diretores e orientadores da rede estadual e particular; reunião com todos os diretores e orientadores da rede municipal, sete palestras, uma ocorrência em Ariquemes. Uma ocorrência em Buritis. Em Buritis foi cumprido um mandado de busca e apreensão, apreendida uma arma, roteador e dois celulares.

Finalizando, Rolim de Moura só palestras.

Tivemos diversas aqui em Porto Velho, mas a mais importante, dizer para vocês, foi a prisão em Extrema. De todas as denúncias, acho que a de Extrema realmente, Promotora, ia ocorrer. O pai do rapaz é armeiro, foram apreendidas mais de dez armas com eles. Nós ficamos tão

preocupados que foi feito o flagrante. O delegado arbitrou uma fiança pesada de 10 salários-mínimos. Essa fiança foi reduzida na audiência de custódia. Pensávamos nós que eles não iriam pagar, que foi "flagranteado" não só o autor da ameaça, mas, o pai e o irmão devido a essa quantidade de arma. Mas, eles arrumaram o dinheiro e pagaram. Aí entrou o desespero. Aí, pronto. E ele falou que novamente faria o ataque. Aí a gente ficou desesperado.

Não sei se a Doutora Tânia sabe dessa história. Corremos até o juiz. O Swami aperreado. O que é que eu faço? "Vamos aqui criar uma Peça (jurídica), tentar fazer uma preventiva." E o juiz também estava preocupado.

E graças a Deus ele concedeu a preventiva. Os advogados foram lá na delegacia. Foi uma negociação, e ele estava "surtado" dentro de casa, aqui em Porto Velho, na casa de uma tia. Conseguimos convencer a tia dele para ele se entregar. Ele se entregou, está preso. Então, acho que o mais perigoso foi este caso de Extrema.

Então, só para finalizar, Deputado Delegado Camargo, eu concordo com o senhor. Parabéns pela lei. Concordo com o senhor. Acho que essas medidas têm de ser agora, não a médio e longo prazo, têm de ser imediatas. Tomara que o nosso governador sancione a lei. E digo também, parabéns aqui ao nosso representante da Seduc, que fez esse projeto, mas não esqueça dos órgãos de segurança. Qualquer ocorrência, mesmo que seja administrativa, mas que se noticie, massacre, crimes, comunique aos órgãos de segurança pública: à Polícia Militar e à Polícia Civil.

Muito obrigado. Bom dia a todos.

O SR. DELEGADO CAMARGO (Presidente) - Obrigado, Delegado Hélio. De imediato, já, em razão do adiantado da hora, eu passo a palavra ao Excelentíssimo Senhor Doutor Sérgio Muniz, Defensor Público, pelo prazo de quatro minutos.

O SR. SERGIO MUNIZ NEVES - Bom dia a todos. Prometo cumprir os quatro minutos e usar só este momento de fala para, mais uma vez agradecer a esta Casa de Leis, na pessoa do Deputado Delegado Camargo, que sempre prestigia a Promotoria. Muito importante isso. Quero também reafirmar aqui em público que a Defensoria está atenta a essas questões, quer colaborar e, colabora efetivamente, na tentativa de encontrar uma solução.

Deputado Delegado Camargo, independentemente da solução dada - todos aqui expuseram os seus pontos de vista de maneira técnica, de maneira democrática. Eu acredito que, seja qual for a solução, é importante esse tipo de Audiência Pública, é importante esse tipo de reunião, porque mostra que, inúmeros atores da sociedade: a Casa de Leis (Assembleia Legislativa), o pessoal da Educação, o Reitor da Unir, o Ministério Público, Polícia Federal, Secretaria de Segurança, Polícia Civil, até a Polícia Rodoviária Federal - todos aqui estão presentes no afã, no intuito de encontrar uma solução para este caso.

Na verdade, o que todos nós queremos é a proteção das nossas crianças. Acredito que todos aqui estejam imbuídos desse mesmo propósito - talvez, por caminhos distintos. O senhor tem um ponto, que é muito importante, a questão da imediatidade. Temos problemas. Os totens, eu que é uma coisa extremamente importante. Qualquer outro sistema de

aparato é importante, mas temos que ter também uma pronta e rápida resposta.

Ouvimos também o Secretário de Educação, ou melhor, o representante - a Secretária de Educação é a Professora Ana Pacini -, que também expôs o seu ponto de vista e o expôs de maneira muito interessante.

Ouvi também o Coronel Vital, Secretário de Segurança, que expôs de maneira muito efetiva (me parece que lá, em Curitiba, os totens já estão funcionando e é uma experiência exitosa naquele Estado). E eu parabenizo mais uma vez esta Casa de Leis por fomentar esse debate público, que é um debate que interessa a todos.

Eu agora vou falar, não como representante da Defensoria, vou falar como cidadão: eu sou pai de duas meninas que estudam nesta cidade. Então, eu, como cidadão eu sou um entusiasta, eu quero ver esse problema abordado e resolvido.

Então, mais uma vez, parabenizo a todos aqui presentes, parabenizo a iniciativa desta Casa de Leis e contem com a Defensoria para qualquer tipo de auxílio, trabalho, para a gente tentar solucionar essa questão. Muito obrigado.

O SR. DELEGADO CAMARGO (Presidente) - Muito obrigado, Doutor Sérgio, sempre muito pontual e preciso nas suas colocações e é um dos defensores por quem eu tenho o maior respeito, pelas posições jurídicas - jurídicas - que o senhor adota. Parabéns pelo seu excelente trabalho. Em nome de Vossa Excelência, eu parabenizo a Defensoria Pública de Rondônia.

De imediato, eu passo também a palavra a Excelentíssima Senhora Doutora Tânia Garcia, Promotora de Justiça do Ministério Público e coordenadora de atuação especial da infância, neste ato representando o Ministério Público do Estado de Rondônia. A palavra está com Vossa Excelência.

A SRA. TÂNIA GARCIA SANTIAGO - Obrigada, deputado. Bom dia. Em nome da Mesa, em nome de Vossa Excelência cumprimento todos da Mesa; em nome da Doutora Ana Ellen, Presidente do CRM, instituição que eu entendo de participação relevantíssima nesse momento, e da Ana Karla, que é do Conselho de Psicologia, cumprimento todos que nos acompanham da plateia.

Primeiramente, eu quero dizer que é uma honra muito grande sempre estar aqui nas Audiências Públicas desta Casa de Leis, especialmente porque o cappuccino é maravilhoso, mas acima de tudo porque eu considero como princípio de atuação institucional do Ministério Público buscarmos legitimidade para todas as nossas ações. Então, é importante que cada um de nós, em todos os seus espaços de atuação, se dediquem de alguma forma à construção dialógica de soluções, porque sempre que a gente fala em sociedade, Estado, família, as discussões e as soluções nunca vão ser simples, não é? Sempre vai ser muito complexo. E colocar todos para dialogar e chegar a um consenso a respeito de determinada temática, eu acho que é o grande desafio que, a meu ver, dentro de um estado democrático de direito, é muito exercido pelo Poder Legislativo.

Então eu, sempre que posso, compareço a todos os chamados da Assembleia, da Câmara, porque eu entendo que é um espaço privilegiado proporcionado pela Casa de Leis para

que a gente possa vir aqui escutar e, de alguma forma, internalizar nas nossas atuações o que o povo está falando aqui na Casa de Leis. Então acho que isso é extremamente importante.

A respeito da temática de hoje, gostaria de parabenizá-lo por sua proposta, que é referente à presença policial em tempo integral nos estabelecimentos de ensino. Dizer que eu gosto muito da ideia do guardião escolar e da Polícia Comunitária, mas enquanto Ministério Público, enquanto promotora, enquanto cidadã, eu tenho enfatizado em todos os espaços de fala sobre a importância de a gente compreender que dentro dessa situação existem vários fenômenos, que são integrados e ao mesmo tempo estanques.

Minha filha chegou falando que esse era o assunto na escola um determinado dia. Minha filha tem nove anos. E no dia seguinte eu perguntei para ela: "E aí, filha, o assunto ainda está muito em voga?"; ela disse: "Não, a polícia já prendeu todo mundo, já está tudo certo"; e falei: "É isso mesmo. Pode ficar tranquila, você está em segurança na sua escola, não vai ter problema nenhum." E eu realmente confio nisso, porque ainda no dia cinco de abril, às 11 horas da manhã, Doutor Ivanildo convocou uma reunião de urgência, que foi o dia do desastre de Santa Catarina, daquela tragédia, e estávamos todos reunidos: Educação, Segurança Pública, Ministério Público. E desde aquele momento.

O SR. DELEGADO CAMARGO (Presidente) - Excelência, não esqueça de convidar a nossa Comissão de Segurança Pública para participar, tá? Não recebi o convite.

A SRA. TÂNIA GARCIA SANTIAGO - Está registrado. Mas, naquele momento a nossa ação era muito imediata e nós precisávamos trabalhar com o alinhamento das nossas ações. Então, por isso que em um primeiro momento foram as forças de segurança e os Promotores de Justiça e a Educação. Porque nós precisávamos já de imediato saber como que a gente ia atuar de forma integrada em um assunto tão complexo.

E o que ficou definido naquele espaço e foi reforçado depois inclusive no Gaepe, que é Gabinete de Articulação para a Efetividade da Política da Educação, - e aí eu já deixo aqui em nome do Doutor Paulo Curi, que é o Presidente do Gaepe, o convite para que o senhor possa integrar e participar dessas discussões tão complexas afetas às políticas educacionais. As reuniões do Gaepe acontecem quinzenalmente, às sextas-feiras, à tarde. Começa às duas horas e vai até sete horas da noite, mas é um espaço muito rico. Oito horas a última, não é? Pois é. E eu não me lembro quem, mas a gente tinha, sim, alguns deputados da Comissão de Educação conosco.

Então, naquele momento ficou muito definido o seguinte: bom, a tragédia de Santa Catarina poderia ter acontecido em um posto de saúde, poderia ter acontecido dentro de uma igreja. É um tipo de ataque, é um tipo de violência que, segundo as forças policiais, pedia um treinamento, uma intervenção imediata especializada para aquele tipo de situação. Aquilo especialmente estava sendo cuidado desde um primeiro momento pela segurança pública.

Bom, vamos separar aqui o que nós vamos fazer enquanto instituições que integram o sistema educacional: Ministério Público, Defensoria Pública - que inclusive integra e atua de modo efetivo lá no Gaepe também -, Seduc. O que a gente precisa fazer?

Bom, a gente precisa ver quais são os protocolos que já existem, onde que eles precisam ser atualizados ou melhor conectados com a segurança pública. E aí a Seduc trouxe o protocolo de segurança escolar que nós, inicialmente, apreciamos e entendemos como sendo um bom referencial para esse tipo de trabalho. E assim temos, incansavelmente, promovido diálogos a respeito dessa temática, entendendo que o Ministério Público, enquanto defensor da ordem jurídica, jamais vai ter qualquer posicionamento público a respeito de se deve ou se não deve, pode ou não pode, colocar detector de metais no acesso de uma escola. Nós entendemos que isso é uma decisão de cada sistema, de cada escola, particular. No entanto, temos enfatizado que existem medidas que são tão importantes, imediatas e relevantes, quanto. E aí é uma questão de decisão e avaliação inclusive orçamentária.

Para se ter uma ideia, nas escolas mais numerosas, aqui das regiões mais periféricas de Porto Velho, os diretores reclamam de situações como: o aluno foi expulso da escola e ele continua acessando o interior da escola porque ele ainda está com o uniforme da escola, e não tem nenhum tipo de identificação de acesso. Na escola das nossas filhas, nós tivemos uma resposta, uma escola menor, uma escola particular, de que imediatamente seria inserida a catraca para haver um controle efetivo de quem entra e de quem sai da escola.

Então, eu vejo que existem medidas que são extremamente imediatas, que são extremamente urgentes e que, às vezes, podem somar com as propostas que já estão sendo apresentadas pelo deputado, pela Seduc. Mas, o que mais temos enfatizado, enquanto Gaepe, todos esses protocolos, todas essas propostas, tudo isso precisa dialogar, precisa integrar e construir uma ação única do

Estado de Rondônia, que é integrado por sociedade civil, comunidade escolar, Ministério Público, Defensoria Pública, Assembleia Legislativa, Poder Judiciário. A gente precisa falar a mesma linguagem.

Eu entendo que não sou eu, Tânia Garcia, que vou dizer: essa é a melhor medida ou essa é a pior medida. Acredito que a gente deva dialogar, incansavelmente, com todos que estão, de fato, no chão da escola: comunidade escolar, pais, crianças, adolescentes, jovens, profissionais da educação e todas as políticas e serviços que estão envolvidas nesse processo. E juntos, iremos chegar a um consenso mínimo do que, de fato, agora é viável e do que a gente vai construir para médio e longo prazo.

Mas, eu entendo que é muito bem-vinda, neste cenário, deputado, a sua preocupação e eu vislumbrei isso por parte da Polícia Militar, da Polícia Civil e da Sesdec, desde o primeiro momento em que começamos a dialogar, a respeito da necessidade de termos um protocolo de prevenção, intervenção e atendimento às pessoas nessas situações de ataques violentos em ambientes escolares. Mas, eu faço votos que a gente permaneça, em Rondônia, como a gente tem estado, sem nenhum registro desse tipo de ataque violento em ambiente escolar.

Em que pese a violência permear o cotidiano das escolas. Falamos desde o início, precisamos ter um georreferenciamento de infracionalidade e criminalidade, não só dentro da escola, mas no entorno da escola. "Ah, o Diretor tem que lidar no dia a dia com várias práticas de atos infracionais". Estamos falando do quê? De tráfico, de lesão corporal, de ameaças. Ameaças direcionadas a quem? Temos, falamos isso com as redes educacionais, temos que nos aparelhar melhor e enfrentar as incivilidades do dia a dia, a indisciplina, isso não pode ser apenas objeto de

enfrentamento pela comunidade escolar, quando afeta uma autoridade dentro do ambiente escolar.

Indisciplina, incivilidade, falta de educação, são assuntos e são comportamentos que devem ser enfrentados, que devem receber intervenção de orientação e reparo, entre os pares, porque nós precisamos inculcar no meio educacional. A formação de seres humanos que verdadeiramente compreendam que é obrigatório respeitar a todos, a todas, a todos e a quem quer que seja.

Não podemos direcionar o nosso respeito apenas ao professor, enquanto autoridade ali representada; apenas ao pai e a mãe, enquanto dentro de casa sob sua autoridade; apenas ao policial, enquanto estou na sua frente. É preciso - e por isso que temos enfatizado, desde então -, que a promoção da cultura de paz, a educação para valores, se fazem muito mais que necessárias e urgentes.

E porque eu acho que é tão importante a participação - e aqui eu já encaminho para encerrar a minha contribuição - do Conselho de Medicina, do Conselho de Psicologia e também Assistência Social? Nós vimos que o crime, as relações, tudo, os valores, tudo, tudo, a vida, está migrando para o mundo virtual. Lamentavelmente. E aí a Sociedade Brasileira de Pediatria, na época da pandemia falou assim: "Vem cá, se uma criança de 0 a 2 anos for exposta à tela, isso é prejudicial, a gente recomenda que nunca seja. De 2 a 6 anos, a gente recomenda, no máximo, uma hora, contando tudo. De 6 a 12 anos, a gente recomenda, no máximo, no máximo, duas horas. E de 12 a 18 anos, no máximo três horas. Sempre com supervisão paterna, ou seja, controle parental, e com controle de conteúdo. Conteúdos às vezes livres, mas que são muito violentos, não são apropriados para aquela idade, não são recomendados.

Nós observamos em vários casos que acompanhamos, delegado, agora nesse trabalho intenso da Polícia Civil, no mês de abril, que muitas situações que aconteciam no campo da virtualidade e que naturalizavam, banalizavam esse ódio, essa linguagem de violência, "eu vou fazer", "eu vou acontecer", não tinham a menor possibilidade de acontecer. Não tinha nenhum elemento de risco. E outras acendiam um pouco o alerta. O ideal é que a gente tem que ter, sim, os protocolos de intervenção imediata. A gente precisa saber. Eu acho que vai chegar o dia em que, assim como a gente sabe o que fazer no caso de incêndio, a gente sabe o que fazer em qualquer situação. Então, isso é muito importante.

Mas, a gente precisa cuidar da educação, da segurança e da saúde digital das nossas crianças e dos nossos adolescentes. Porque é uma orientação científica de que crianças e adolescentes não sejam submetidos a uma carga horária superior àquela, de que o acesso às telas não ocorra durante as refeições familiares, de que os jogos eletrônicos não sejam a ocupação das crianças e dos adolescentes antes do horário de dormir. E isso está banalizado. E a gente não fala, deputado, sobre isso. Isso precisa ser pautado em todos os espaços de discussão social, familiar, comunitária, no ambiente educacional. Porque os pais e toda a comunidade precisam ser chamados a essa responsabilidade de parar de naturalizar o que está destruindo a saúde mental de nossas crianças e adolescentes.

Eu tenho certeza que, se a gente trazer aqui para debate o que tem adoecido adolescência e a juventude, com certeza isso aí está no "Top 5". Os números de suicídio de adolescentes e jovens têm disparado. E isso tudo está invisível. E às vezes a gente não tem o mesmo nível de

revolta e de reação que a gente tem para outras situações enquanto coletividade. Isso tem me preocupado muito.

E eu coloco aqui o Ministério Público à disposição para a gente continuar esse diálogo, porque eu acredito que, se tem algo que deva ocupar a nossa pauta neste momento... assim, os protocolos de segurança, eu tenho absoluta confiança de que a polícia está dando conta.

Agora, as pautas sociais, o que deve entrar lá dentro de cada família, de cada igreja, de cada centro comunitário? É isso que eu acho que a gente tem que somar um esforço de massa para trazer todos a essa responsabilidade. Precisamos de uma educação para valores, e precisamos entender que crianças e adolescentes precisam de supervisão, precisam de limitação, precisam de um limite saudável para acesso e permanência nos meios tecnológicos.

Obrigada.

O SR. DELEGADO CAMARGO (Presidente) - Obrigado, Doutora Tânia. Para que todos e todas possam falar, eu peço que respeitem o prazo máximo, por favor, de quatro ou cinco minutos.

Eu, de imediato, transmito a palavra ao Delegado de Polícia Federal, o meu colega - muito obrigado pela sua presença -, o Doutor Marcelo Toledo Bezerra.

O SR. MARCELO TOLEDO BEZERRA - Bom dia a todos. Obrigado pela palavra, Deputado Delegado Rodrigo Camargo.

A Polícia Federal, como um todo - eu digo porque isso vem da Direção-Geral da Polícia Federal, em Brasília -, entende, sim, que a Polícia Federal tem que participar

desse processo, que todas as forças policiais estão engajadas, estão trabalhando muito bem, principalmente a Polícia Militar e a Polícia Civil.

A Direção-Geral da Polícia Federal entende que esse tipo de ação é um crime que atinge, sim, a ordem social do nosso país. Então, a Direção-Geral já determinou inclusive até um protocolo de ação para a Polícia Federal em todo o Brasil. Apesar de o nosso efetivo ser bem reduzido, se você imaginar o tamanho de todo o Brasil, mais ou menos 210 a 220 milhões de brasileiros, para mais ou menos 13 mil policiais em ação. O efetivo da Polícia Federal é um pouco maior do que a população de Chupinguaia, aqui em Rondônia, por exemplo, para ter uma noção de como a Polícia Federal poderia ser maior para até trabalhar ainda mais em prol da nossa sociedade.

Temos policiais que estão muito preocupados com essa situação e estão buscando, de alguma maneira, colaborar com repressão a esse tipo de crime. O nosso serviço de inteligência está em parceria com a Polícia Militar, com a Polícia Civil, com a Polícia Rodoviária Federal, para colaborar naquilo que for muito possível, a Polícia Federal vai atuar, sim, nesse tipo de atividade.

Inclusive foi criado há pouco tempo, na estrutura da Polícia Federal um serviço de repressão aos crimes de ódio, o que infelizmente é um tipo de conduta que está crescendo demais no meio eletrônico no Brasil, no ambiente eletrônico. E a Polícia Federal está atenta a isso, ela é um ator no combate a esse tipo de ação. Talvez a população pense: "O que a Polícia Federal tem a ver com essa situação? Isso é um crime federal? É competência da Justiça Federal processar isso?"

A Polícia Federal não atua apenas nessas situações, em crimes federais ou de competência da Justiça da Federal. A Polícia Federal tem uma atuação nacional, bem mais do que federal, ou seja, é em prol na nação, em prol da sociedade. E naquilo que a Polícia Federal entende que deve agir em prol da segurança pública, ela vai agir. Não importa se é competência da Justiça Federal ou Estadual. A Polícia Federal tem uma parceria muito grande com o Poder Judiciário aqui de Rondônia. Muitas ações são feitas em grande parceria com a Magistratura do Estado de Rondônia.

Então, tenham certeza senhores e senhoras, a Polícia Federal está nesse processo e está irmanada com todos os órgãos de segurança pública do Estado de Rondônia.

Agradeço pela atenção. Bom dia a todos.

O SR. DELEGADO CAMARGO (Presidente) - Muito obrigado Delegado de Polícia Federal Doutor Marcelo Toledo Bezerra.

De imediato, eu também transmito a palavra, pelo prazo de no máximo quatro minutos, ao Coronel PM James Alves Padilha, Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado de Rondônia. A palavra está com Vossa Senhoria.

O SR. JAMES ALVES PADILHA - O senhor está consumindo o meu tempo, deputado. Quatro minutos eu acho que vai ser pouco, mas, vamos lá.

Deputado Delegado Camargo, em nome de quem eu cumprimento todos os pares e a Presidência desta Casa de Leis; as autoridades que comigo ombrearam aqui a Mesa; Delegado Hélio, da Polícia Civil; Secretário Coronel Vital, da Sesdec; Sérgio Muniz, da Defensoria Pública; Delegado

Marcelo, da Polícia Federal; nosso ilustre Vice-Reitor da Unir, Juliano; Doutra Tânia, é um prazer tê-la aqui conosco; Coronel Cristina, Chefe do Estado-Maior do Corpo de Bombeiros Militar.

E de maneira especial, Deputado Delegado Lucas, proponente desta demanda, desta Audiência. E na pessoa do senhor, por ser delegado, deputado, entusiasta das forças de segurança e representante legítimo que é, eu externo todo o meu carinho e respeito pela iniciativa e pela contribuição que se busca ofertar através de sua proposta. A todos os demais que nos assistem, que aqui estão a contribuir, acompanhar e ofertar alguma forma de contribuição à discussão, remotamente também, os meus cumprimentos e agradecimentos.

Eu comungo *ipsi litteris* de toda análise contextualizada feita de maneira muito profícua pela Doutora Tânia. Obrigado, economiza um pouco do meu tempo na minha fala. Faço minhas as suas palavras, doutora. A maneira como deve ser discutida, abordada e construída as oportunidades de solução.

Pego um pouco da fala do nosso Vice-Reitor, como lá atrás falou: "Patrulha Maria da Penha,... arrancando fios da iluminação pública." E fala da necessidade de presença também do policiamento porque o serviço de vigilante não é o adequado, acaba trazendo problema.

Pois bem, a Polícia Militar está de corpo e alma à disposição do Estado e da comunidade escolar, creches, estabelecimentos públicos e privados de qualquer dos rincões do nosso Estado, para contribuir. No limite de sua capacidade de trabalho. E eu entendo que esse limite já tenha até superado os limites normais daquilo que seria razoável. Nosso policial tem trabalho diuturnamente, quase

que não tem descanso. O nível de compromisso é o que faz a diferença. E é isso que me dá alegria de ver o quanto a nossa Corporação tem, sim, contribuído.

Mesmo a despeito de todas as dificuldades que enfrentamos, a Polícia Militar não para. Ela que dá a primeira resposta. E se em Rondônia nós não tivemos nenhum evento trágico, ainda que não podemos nos olvidar de que essa possibilidade, sim, ela existe, claro, e as forças divinas também conspiram para que não tenha ocorrido, mas não é fruto do acaso, acreditem. É fruto de uma comunhão de esforços de todos os parceiros da sociedade civil e dos segmentos do Poder Público em qualquer das esferas, em uma comunhão única em que nós estamos diuturnamente atentos e buscando atender da melhor maneira possível. Talvez não da forma como se gostaria, porque entre o ideal e o real e o possível, existe uma lacuna, uma diferença.

Mas, vejam, desde o dia seguinte e vejam, a patrulha escolar é uma constância na atividade policial ostensiva, não é de agora. Ela faz parte dentro da dinâmica de atendimento da Polícia Militar às diversas necessidades que a sociedade tem. E desde o dia seguinte ao evento ocorrido lá em Santa Catarina, a Polícia Militar logo iniciou uma intensificação. Ela sentiu a necessidade de já olhar de maneira diferente, porque esse problema evoluiu e passou a ocupar boa parte do tempo da pauta dos nossos governantes e dos gestores da área de segurança pública, para que não tornasse a ocorrer nem no Estado onde surgiu e nem em qualquer outro.

E nós tivemos, sim, ameaças sendo disseminadas diuturnamente. Junto com a nossa parceira, a Polícia Civil, precipuamente, ombreamos-nos, unimos forças e os nossos efetivos não deixaram, de fato, não ficou uma ameaça veiculada sem que tivesse uma resposta; sem que nós

visitássemos a residência localizada de quem seria o autor; sem que nós fôssemos até ao estabelecimento de ensino; sem que buscássemos contato com o professor, com a direção do colégio; sem que buscássemos apaziguar os ânimos e levar uma mensagem de presença da força pública para fazer frente à demanda que viria a ocorrer.

Na ideia, já estava ali posta. E na condição de se concretizar ou não, estávamos atentos para que não ocorresse. E, se assim ocorresse, que tivéssemos plenas condições de dar a melhor resposta. E o tempo de resposta, nos três fatos que mais ou menos surgiram como ameaça, foi em torno de quatro minutos. Em um minuto se faz muita coisa, Deputado Delegado Camargo, mas eu tenho por mim que o prazo de resposta de quatro minutos é muito, muito satisfatório.

Queria eu, que essa fosse a dinâmica e a tônica de todo e qualquer atendimento. Mas, sou bem cômico da realidade, de que não é assim. Isso é o que a gente busca, porque o prazo de resposta depende, em muito boa medida, não apenas da comunicação, mas da disponibilidade do homem no terreno, ali, a postos, patrulhando, policiando, em condição de recepcionar o chamado e, prontamente, se deslocar até o local do evento e tomar as medidas que couberem.

Temos trabalhado a prevenção, preparando o uso efetivo da patrulha escolar. Formamos, capacitamos, orientamos, buscamos uma interlocução junto com a Secretaria de Estado e Secretarias Municipais, igualmente dialogando, orientando, esclarecendo, nos colocando à disposição. E, vejam, a Polícia Militar já faz, há muito tempo, trabalho de polícia ostensiva, até mesmo pela presença nos colégios militares – são 13 a cargo da Polícia Militar – e, nesses, graças a Deus, a própria presença e a dinâmica de atuação,

já tira do contexto de atendimento, em tese, o risco de ocorrer. Mas, fora isso, nós desenvolvemos o projeto de Polícia Militar Mirim, em vários municípios do Estado, em vários estabelecimentos de ensino.

Desenvolvemos a atividade Escola Segura - com jovens do ensino fundamental II até o ensino médio -, qualificando, orientando, esclarecendo, formando multiplicadores dos valores cívicos, militares, morais, de interesse da civilidade, da cidadania, para que esse estreitamento favoreça uma melhor comunicação e um melhor atendimento das demandas da nossa sociedade, especificamente no segmento da comunidade escolar.

Nós temos trabalhado, já de longa data, as questões de segurança viária, de educação ambiental. E, toda vez que eu trabalho a questão da educação ambiental e da segurança viária, no contexto de trânsito, eu tenho um policial militar ali presente, no estabelecimento de ensino, levando a sua presença, levando uma mensagem de segurança, de paz, de apaziguação, de esclarecimento e de inibição de todo e qualquer intuito de ali se perpetrar algum ilícito.

Nós estamos presentes em todos os municípios e em vários distritos e povoados. Somos, talvez, a estrutura do poder público mais bem capilarizada; e, mesmo com toda sorte de dificuldade e carência de efetivo - sim, nós temos carência de efetivo - a polícia conta, hoje, com 4.965 policiais militares. E, vejam, em torno de 413 militares - isso representa 1/12 - que precisa entrar de férias por mês.

Temos afastamentos por férias, licença saúde, licença para interesses particulares; temos os afastamentos para atender às diversas demandas das diversas esferas, inclusive desta Casa de Leis, com as cedências dos nossos

profissionais. São em torno de 402 profissionais da Polícia Militar afastados da atividade.

Quando eu digo "afastados da atividade", é junto à tropa, porque o policial que está aqui, ele não está afastado verdadeiramente da atividade. Ele está fazendo a sua atividade aqui, como faz no Tribunal de Justiça, como faz no Ministério Público, como faz nas assessorias militares, como faz, lá, nas mobilizações junto à Brasília e junto à Sesdec.

Nós temos uma estrutura de integração e de apoio muito bem gerenciada, e eu agradeço à pessoa do Coronel Vital. Ele tem fortalecido essa atuação integrada. Isso favorece muito, em muito boa medida, os resultados que nós temos atingido.

Diante do fato ocorrido lá nos Estados Unidos, para o dia 20 de abril, fizemos um esforço máximo e alocamos 753 policiais – previstos, pode ser que tenha havido faltas, os problemas surgem – exclusivamente para trabalhar apenas no contexto dos estabelecimentos de ensino: 753 policiais.

Acho que faz muito tempo na minha vida, desde que eu cheguei aqui no Estado, nunca vi tanto policial. Só no período de eleição, aí, verdadeiramente tem mais porque não tem como ser diferente. Não é verdade?

Então, 753 policiais, mantendo o policiamento ordinário. Em todos os lugares. Mas não foi só isso, não. A Polícia Militar continua atuando de maneira mais intensa no contexto dos estabelecimentos de ensino, incluídas as creches.

O fato é que nós temos, segundo levantamento colhido junto à Secretaria de Estado da Educação, em torno de 1.248 unidades escolares ou creches. Esse número oscila. Pode ser

um pouco mais, pode ser um pouco menos. E se eu pensar em dar efetividade à presença policial em cada um desses estabelecimentos de ensino, vou fazer aqui uma avaliação básica, rápida, sem compromisso. O turno mais adequado seria turno de seis horas. Policiamento ostensivo a pé, para estar ali a postos. E eu vou dizer que o policial não deve trabalhar sozinho. Ele trabalha sozinho somente em caráter excepcional. A doutrina recomenda aquele trabalhe pelo menos em dupla.

Então, eu tendo três turnos: de manhã, de tarde e de noite – claro, eu entendo que o turno noturno não é para todos os estabelecimentos, mas eu vou fazer para facilitar o entendimento –, eu colocaria em três turnos, dentro de um contexto de 1.240 unidades escolares, incluída a Universidade Federal, digamos assim, e outras particulares também, esse número oscila. Três vezes dois, seis policiais para cada um desses locais. Três turno, não é? Seis policiais dá um número bastante expressivo. Ele supera em tese até mesmo a capacidade de trabalho da nossa corporação pelo que tem hoje.

Eu queria. Pode ter certeza, eu ficaria extremamente honrado se eu tivesse estrutura de colocar em cada unidade escolar a presença do policial, porque eu também tenho filho estudando e eu me sentiria muito mais à vontade e seguro. Mas, como não tenho condição de implementar, de concretizar esse sonho – isso é um sonho –, eu tenho que lidar com a minha realidade, de acordo com a minha capacidade de planejamento.

Qual é o melhor resultado que eu consigo com os meios que eu tenho a minha disposição e com a integração e parceria das demais forças, os demais organismos? Eu viabilizo cartão, programa de atendimento móvel e/ou presencial em função do nível de risco que cada unidade

possa ofertar, em função de levantamento de dados que pode chegar a cada momento. E aí eu direciono. "Olha, aquele estabelecimento é mais tranquilo, mas aquele está com nível de alerta maior". Então, eu vou dar uma presença mais intensificada naquele colégio ou naquele conglomerado de colégios, na área mais periférica ou na área mais centralizada.

E veja que eu não tenho estabelecimentos de ensino divididos e distribuídos equitativamente entre capital e interior e entre perímetro urbano e perímetro rural. Então eu entendo, sim, que seria bom que eu tivesse condição de atender a demanda tal qual como vislumbrada, como idealizada como proposta. Esse seria o sonho, repito. E como eu não tenho, volto a dizer, condição, e eu digo eu, a corporação não tem essa condição, mas não deixo a comunidade escolar e não deixo a sociedade sem resposta.

Então, eu planejo da melhor maneira dentro da técnica e da tática policial como buscar minimizar a necessidade que aquela comunidade tem e eu me fazer presente com *longa manus* do Estado, com o efetivo da Polícia Militar, em parceria com todo e qualquer outro. Eu tenho a Polícia Rodoviária Federal, que ao longo da BR estará ali a postos a bem atender qualquer demanda no contexto do estabelecimento de ensino. Eu não posso ignorar isso. Eu tenho o Núcleo de Operações Aéreas que sempre está auxiliando o nosso patrulhamento. Mas eu preciso lidar com essa realidade, deputado.

E veja, paralelo a tudo isso, eu preciso lidar com toda sorte de diversidade na área da segurança pública. Tivemos que montar a Operação Maximus para fazer reduzir, conter e minimizar o avanço da criminalidade desde o período pré e pós-eleição.

O Vice-Reitor falou do problema dos fios. Desencadeamos a Operação Fio Desencapado. Foram cerca de 30 toneladas de sucata apreendidas em estabelecimentos fiscalizados.

O SR. DELEGADO CAMARGO (Presidente) - Coronel, eu vou pedir para o senhor ser um pouquinho mais conciso, porque já passamos dos 15 minutos. E tem vários colegas que querem fazer também a fala e já vamos a 15 minutos da sua fala. Por favor.

O SR. JAMES ALVES PADILHA - Vou concluir, deputado. Vou concluir. Perfeito. Vou concluir.

Então, diante de toda adversidade de atuação, e não apenas com um escopo de atuação para a área escolar, a Polícia Militar tem atendido satisfatoriamente todas as demandas da sociedade como um todo, dentro daquilo que está ao seu alcance e dentro das forças e recursos de que dispõe para trabalhar. E tem trabalhado, como dito aqui, com o efetivo de folga, para minimizar as dificuldades pela carência de efetivo.

Obrigado a todos. Estamos a disposição para contribuir sempre.

O SR. DELEGADO CAMARGO (Presidente) - Muito obrigado, Coronel Padilha. Eu tenho o maior orgulho da Polícia Militar desse Estado de Rondônia. Homens guerreiros. Até há poucos dias labutava com eles na ponta da lança, lá em Ariquemes, e sei do compromisso dos policiais militares aqui desse Estado, que muito, muito, muito me orgulha.

Mas, também sei, esse meu projeto, como eu dizia, ele não é um projeto pronto, acabado, alguns devem ter lido aí, "ah, mas e dotação orçamentária para isso?". Bom, faz o reajuste que tiver que fazer; faz a suplementação que tiver que fazer. Se quiser resolver, repito, o Estado resolve. "Ah, mas não tem efetivo da Polícia Militar", como muito bem colocado pelo Coronel. Contrata vigilante. Não sei, resolve. Dinheiro tem. Previsão orçamentária de R\$ 13 bilhões. Vereador Rafael, se quiser resolver, o governo resolve. Se quiser resolver, resolve.

Não vou me estender. Vou passar a palavra de imediato a Ilustríssima Senhora Coronel Bombeiro Militar Cristina, Chefe de Estado-Maior Geral do Corpo de Bombeiros do Estado de Rondônia. A palavra está com Vossa Excelência, pelo prazo de quatro minutos a cinco, por favor.

A SRA. DANIELE LIMA CRISTINA FERREIRA - Minhas saudações. Eu trago aqui os cumprimentos do Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar, o Coronel Nivaldo Ferreira, que não está aqui neste importante momento de discussão, porque está em agenda fora do Estado. É um desafio falar aqui depois do Coronel Padilha - que tem uma oratória bem eficiente, rebuscada -, e também, dentro deste prazo.

Sendo bem objetiva, nós também compomos essa "Operação Escola Segura". A natureza da nossa atividade não é tão ostensiva quanto à da Polícia Militar, mas a presença do Corpo de Bombeiros também tem o seu valor, com as viaturas e tal. Desta forma, muito propiciamente estávamos recebendo quatro unidades de resgate que já estavam previamente distribuídas por seus locais, mas seguramos aqui em Porto Velho, para focar nessa operação. Então, teve o seu dia

"D", no dia 20, e a gente reforçou dessa forma e tendo uma previsão ainda, de continuar a operação.

Estávamos ainda na Sesdec, debatendo sobre essa questão, inclusive, orçamentário, porque a gente no governo trabalha com previsibilidade e essa situação, em particular, foge à previsão e estávamos lá "batendo cabeça" em relação a essa questão do pagamento, para a gente otimizar esforços e conseguir, de alguma forma, dobrar o nosso efetivo, é a questão de empregar no Derso (Diária Especial de Reforço de Serviço Operacional).

E temos também, a questão de equipamentos. Perdão deputado - olha aí essa agonia, eu esqueci de te cumprimentar. Em nome do senhor, a toda Mesa, as autoridades aqui e também, em nome do meu professor de literatura - o professor Eliezer, meu professor do ensino médio, nos idos de... deixa quieto -, cumprimentar a todos que tiraram esse tempo de maneira eficiente, para vir debater esse tema, não só aqui, presencialmente, como também pela internet.

Então, nessa seara do Derso, do serviço operacional e dos equipamentos que nós precisamos para fazer nossa atuação, e dessa imprevisibilidade de algumas situações, eu agradeço aqui também, todas as Emendas Parlamentares que têm sido destinadas para aquisição de viaturas, para construção dos quartéis e aí, eu também aproveito para solicitar que se tiver algum reforço nessa situação das Emendas, que possa também nos socorrer em relação em às diárias - não é, Secretário -, será muito bem-vindo.

Vou aproveitar também esse importante local e momento, para falar da atuação do Corpo de Bombeiros em parceira com a educação. Nós temos o "Projeto Bombeiro Mirim" que a gente já executava nos quartéis aleatórios, de acordo com a

vontade ou disposição de cada comandante. E na gestão do Coronel Marcos Rocha foi elaborado pela Secretária Luana Rocha, essa questão do projeto ser ampliado e executado em todas as unidades do Corpo de Bombeiros.

Então, agora, no dia 20, na formatura de Tiradentes, foi lançado por ocasião de comemoração dos 25 anos de bombeiro, o lançamento do "Programa Educacional Bombeiro Mirim", não só mais executado apenas em Ouro Preto, Vilhena, Guajará-Mirim e Porto Velho, mas também em outras unidades, perfazendo dez municípios, em que o "Programa Educacional Bombeiro Mirim" vai ser realizado.

Estamos em fase de inscrição, que vem a ser turmas com 35 alunos. É uma parceria entre Bombeiros, SEAS e Seduc. A Seduc indicou as escolas - uma escola em cada município, duas em Porto Velho. O público é de 10 a 14 anos - público de sexta e sétima séries. O objetivo é isso, na área da educação, formação, retirar esse tempo ocioso, esse tempo de redes sociais, em atividades de construção de ética, cidadania, hierarquia, disciplina em todas essas colaborações que a gente pode dar.

A Polícia Militar - o Coronel Padilha nos citou, a questão do PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência), e tem vários projetos que já executa -, então, com a nossa colaboração já vem de longa data, essa preocupação. Em que pese o nosso dever constitucional, a princípio, está lá na educação, mas a gente também tem a colaboração com as escolas. Aqui está o diretor do nosso Colégio D. Pedro II, aqui de Porto Velho. A gente tem o Colégio D. Pedro II também em Vilhena, duas escolas militarizadas que... Também fui diretora do CTPM 7 (Colégio Tiradentes da Polícia Militar) que tinha a gestão do Corpo de Bombeiros. Uma escola que era antes, a Escola Manaus.

E para vocês terem uma ideia, o tráfico imperava na escola. Até um corpo amanheceu lá na quadra de esportes. Então, estava para fechar as portas, dominada pela criminalidade. Foi quando foi militarizada. Podem procurar nas redes sociais as reportagens, que tem em relação à diferença: o que era a Escola Manaus e o que é hoje o CTPM 7. A Escola Dom Pedro II é a antiga Escola Petronio Barcelos, e também foi uma indicação da Seduc.

E aí os esforços também são feitos no sentido de "precisamos de efetivo". No caso das escolas, uma força-tarefa entre Seduc... hoje, se eu não me engano, é custeado pela própria Sesdec... a questão de trazer... aqui está o Capitão Augusto, que é da reserva remunerada. Então, os militares que trabalham lá são oriundos da reserva, que vem pelo programa da recontração.

Então, esses são os nossos esforços que a gente tem feito para colaborar com a questão educacional. Na verdade, os temas estão todos... a gente está dividido em estruturas – segurança, educação, saúde. Mas, está tudo muito interligado. O senhor falou que aqui a gente não vive uma guerra, mas o país todo vive uma guerra, em números de guerra, quando a gente fala de trânsito, acidentes de trânsito, uma área em que a gente atua bastante.

Então, as vítimas do acidente de trânsito – e isso desagua na saúde, no Hospital João Paulo – são alarmantes. Então, essas são as nossas atuações.

Essa semana, ainda recebi a Procuradora da Unir, relativa especificamente a essa questão que está sendo vivenciada lá, com a Promotora Tânia também, o Corpo de Bombeiros está integrando a força-tarefa do MP Itinerante, que vai ser agora de 07/05 a 13/05/2023, em que sentido? Reforçar a segurança, palestras, orientação. Em relação ao

transporte fluvial, tem uma peculiaridade, é uma coisa bem *sui generis*. Então, vamos também, juntos com a Marinha, fazer essa orientação, esse reforço. E também a fiscalização na questão da proteção contra incêndio e pânico.

Fazendo um *link* aqui com o seu programa, o PESC (Programa Escola Segura e Cidadã), que foi bem explanado aqui, a primeira atitude: "corra". Corra por onde? Rotas de fuga. Se for mal dimensionado e mal sinalizada: pânico, pisoamento. É problema.

Então, nesse sentido, a gente já está – se eu não me engano, há três anos – com a parceria também com o Ministério Público e todo um termo de ajustamento de conduta. Todas as escolas do Estado foram vistoriadas para se adequar, em relação à segurança de proteção contra incêndio e pânico, tendo todo um cronograma. Algumas são mais complexas, precisam de sistemas mais caros, dando todo um cronograma para se ajustar.

Eu gostaria de reforçar essa situação da nossa atuação. Dizer que o Corpo de Bombeiros está encampado com mais essa frente de atuação, que é lamentável essa situação.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Coronel, pedir para encerrar. Já vamos a 10 minutos da sua fala, por gentileza.

A SRA. DANIELE LIMA CRISTINA FERREIRA – Daqui a pouco, já estamos começando também outra operação, que é a Operação Verde Rondônia, que é relacionada ao crime ambiental. Então, estamos trabalhando incansavelmente.

Eu encerro a minha fala agradecendo a oportunidade. E também deixando aqui a sugestão muito respeitosa de que o tempo estabelecido seja comunicado desde o início, para que seja organizado de maneira equânime. Muito obrigada.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Obrigado, Coronel.

Certamente. Inclusive, depois eu faço a sugestão administrativa para esta Casa para que nós possamos colocar um cronômetro. As nossas Audiências Públicas ficariam mais fáceis se nós tivéssemos um cronômetro ali, piscasse o tempo. Então, ao pessoal do administrativo, acho que é uma boa iniciativa.

Então, eu convido de imediato agora, para fazer a fala - acho que é o único vereador aqui presente do nosso município de Ariquemes, um vereador muito combativo, aguerrido, na defesa da população -, o Vereador Rafael é o Fera. Está inscrito. A palavra está com Vossa Excelência, para o uso da tribuna. Fique à vontade. Prazo também de quatro a cinco minutos, por favor, Vereador.

O SR. RAFAEL É O FERA - Primeiramente, gostaria de agradecer a Deus por este momento. Queria cumprimentar, em nome do nosso Deputado Estadual Delegado Rodrigo Camargo, todas as autoridades que estão presentes, todas as autoridades da segurança pública, da educação. Em nome da Vereadora Rafaela do Batista, nossa parceira do Parlamento Legislativo do nosso Município de Ariquemes, queria cumprimentar a todos que estão nos acompanhando.

Vou me apresentar aqui, Deputado, me permite, para quem não me conhece, eu sou o Vereador Rafael é o Fera, o fiscal do povo do Município de Ariquemes. Sou vereador

reeleito lá no meu município, o mais votado na eleição passada. Vim como deputado federal agora nessa última eleição, tirando quase 25 mil votos, ficando entre os oito deputados federais mais votados no nosso Estado de Rondônia, mas, devido à questão da legenda, nós não conseguimos chegar.

Nós como vereadores, Deputado, estamos na ponta. Então, nós estamos vivenciando o caos que esse ataque causou lá em Blumenau. Então, hoje, eu vejo o trabalho que os gestores – prefeitos, governadores, o nosso Presidente – , que eles têm que se posicionar rapidamente nesse trabalho que tem que ser a curto prazo, agora. Eu não falo o a longo prazo, que tem que ser feito também, mas a curto prazo.

E hoje nós temos que conter o quê? O caos que isso causou, ou seja, a preocupação de papais e mães para levar suas crianças à escola. Isso está causando um caos tão grande, deputado, um prejuízo tão grande para as nossas crianças, porque isso está acontecendo lá no nosso Município de Ariquemes.

Tem pais e tem mães que não estão levando até hoje as suas crianças à escola, por quê? Porque eles estão querendo saber o que as autoridades estão fazendo, o que irão fazer, o que já fez. Entendeu? Então, esse trabalho a curto prazo e mediante, eu queria te parabenizar, deputado, você à frente da Comissão de Segurança Pública do nosso Estado de Rondônia, desse Poder Legislativo, da Assembleia, o trabalho que você já vem fazendo logo após esse ato criminoso que aconteceu lá em Blumenau.

Eu participei de uma reunião, Vereadora Rafaela do Batista, logo em seguida de quando teve aquele ataque, o Deputado Estadual Delegado Camargo já fez uma audiência onde vários vereadores do Estado de Rondônia participaram,

ouvindo cada vereador que está lá na ponta. Queria te parabenizar deputado, porque você foi uma das únicas autoridades, deste Poder, que eu vi com a preocupação e já correndo atrás e também buscando soluções para apresentar ao Poder Executivo do Estado de Rondônia. Então, parabéns por isso. É de parlamentares assim que a gente precisa no nosso Estado de Rondônia.

No mais, deputado, lá em Ariquemes, hoje vai ter uma audiência pública em que nós iremos debater a questão da segurança pública nas escolas municipais. Lá nós temos 27 escolas municipais, onde a gente, eu queria até aproveitar o momento e convidar a todos e a todas que se encontram presentes. Queria aqui parabenizar a Promotora Tânia, eu vi que você, nas suas falas, esse elo que você tem junto ao Poder Legislativo, queria eu que tivesse promotores e promotoras no Município de Ariquemes com essa mesma..., entendeu? Porque lá é tão difícil chegar em um promotor, em uma promotora para conversar, lá é tão difícil. Mas, faz jus eu lembrar aqui de uma promotora muito atuante, antiga lá, que era a Joice, que fez um belíssimo trabalho no Município de Ariquemes, queria até deixar aqui os meus parabéns, mas hoje em dia está tão difícil isso no Município de Ariquemes.

No mais, deputado, hoje nós estaremos somando junto lá, levando soluções na audiência pública, para que o Poder Executivo possa resolver essa problemática de imediato. Eu também queria me posicionar aqui, deputado, porque é de uma tremenda covardia esses atos criminosos que aconteceram lá, eles querer ligar isso como um problema de deficiência intelectual. É uma covardia tremenda querer fazer essa ligação. A gente tem que tratar isso como ato criminoso. Então, se a gente for tratar isso o longo prazo, vamos

começar trabalhar em cima das leis, lá em cima, na Câmara Federal, lá no Senado.

É lá em cima que a gente tem que trabalhar em cima das leis a longo prazo, porque se a gente colocar leis mais rígidas em nosso país, vocês vão ver o quanto de crime que irá diminuir no nosso país. Esses atos só acontecem porque eles sabem que a lei favorece mais o criminoso do que o cidadão de bem. É isso que acontece no nosso país. Então, esse trabalho a longo prazo, vamos trabalhar lá em cima, lá no Congresso, lá na Câmara Federal, lá no Senado, colocar leis bem rígidas mesmo para favorecer o cidadão de bem, não o criminoso, entendeu?

Então, deputado, obrigado pela palavra. No mais obrigado pela atenção de todos vocês.

O SR. DELEGADO CAMARGO (Presidente) - Obrigado Vereador Rafael é o Fera.

Passo a palavra agora ao próximo inscrito - faltam apenas três -, à Vereadora Rafaela do Batista, também do Município de Ariquemes, tem feito um trabalho excelente junto ao nosso Município, em especial em atenção ao homem do campo. Parabéns vereadora pelo seu trabalho e a fala está com Vossa Excelência pelo prazo de quatro a cinco minutos.

A SRA. RAFAELA DO BATISTA - Bom dia a todos e a todas. É para mim uma enorme satisfação estar aqui contribuindo, participando diretamente desta Audiência de grande relevância. Em nome do Deputado Delegado Camargo, quero cumprimentar todos que compõe a Mesa; em nome do nosso parceiro e Vereador de Ariquemes, Vereador Rafael é o Fera,

quero cumprimentar todos vocês que estão aí e também você que está do outro lado da tela, que reservou esse momento para participar desta Audiência Pública, que como eu falei, é de grande relevância.

Sou vereadora de primeiro mandato, mas há 14 anos no quadro efetivo da educação do meu município. Então, quando se trata de educação me comove e, de fato, vários aqui mencionaram a mesma pauta de tanta relevância e importância.

Quando nós falamos em educação, pudera, a educação, a gente sonhar, não é? E eu ouvi alguns dos palestrantes dizer "valorizar o servidor", "melhorar a qualidade da educação", "investir no aluno", e "preparar um jovem para que seja um bom adulto". Isso, para mim, são sonhos em que eu, como educadora, acredito na realização desses sonhos. Mas, infelizmente, nós precisamos de atitudes imediatas e urgentes. Para o agora. Não podemos esquecer que os sonhos podem ser realizados, mas nós precisamos de medidas agora; e, talvez, essas medidas tenham que ser drásticas.

Quero parabenizar o Deputado Delegado Camargo pela propositura de um projeto que foi aprovado, inclusive por esta Casa. Por quê? Tomou a iniciativa de propor medidas que são drásticas, mas que são necessárias. E nós, enquanto educadores, não podemos idealizar um sonho de educação. Sabe por quê? Eu tenho 34 anos. Na minha época de infância, a era em que eu vivia era uma - a que o meu filho de 14 anos vive hoje, é outra, completamente diferente. Nós temos que nos adequar à realidade, e à realidade adquirida através de alguns benefícios que nós conseguimos no decorrer da história.

A minha mãe não trabalhava fora, ela cuidava dos filhos em casa. A minha educação foi pautada e baseada

nisso. Hoje, eu passo muito tempo do meu dia fora de casa, meu filho não tem o convívio sempre comigo. Então, a realidade desses sonhos de educação, talvez a gente aplicaria muito bem lá na minha época de infância. Hoje a sociedade, a realidade é outra. Precisa de um tratamento tal como diz o velho ditado "dançar conforme a música".

E a minha pergunta, na verdade, hoje eu quero deixar uma reflexão a respeito deste assunto: nós falamos em valorizar o profissional, em cuidar do aluno; mas há quanto tempo nós já sabemos que o profissional não é valorizado? Esse não é um problema que surgiu agora. Todos nós sabemos. E a pergunta é: o que nós estamos fazendo para melhorar a qualidade desse servidor? O problema sempre existiu. Ele talvez esteja vindo à tona agora, mas os legisladores, políticos, representantes existem há muito tempo. Nunca foi visto?

"Ah, nós precisamos investir no aluno". Mas como é que nós estamos investindo no aluno? Inserindo dentro da educação, talvez, a linguagem neutra? Isso vai incentivar? Vai valorizar o aluno?

Aí, para finalizar a minha fala, eu acho gritante e uma falta de respeito tremenda com a população, dizer e caracterizar, que grande parte dos atentados são feitos por pessoas com doenças psíquicas, não é? Sendo que, em outros países, nós vemos esses mesmos agressores sendo punidos, e o Brasil, que parece ser mais um "país dos sonhos", não pune os agressores.

Mas esse agressor, que é caracterizado como doente, na hora de agredir não é doente. Por que na hora de ser punido ele tem que ser visto como doente? O fato acontece, o fato está aí, escancarado. E eu deixo a minha insatisfação, enquanto nós – eu sou representante, no meu município, na

Câmara Municipal de Vereadores. Eu deixo a minha insatisfação aos representantes políticos, porque tudo isso se baseia em leis. O nosso país vive sob a direção de leis.

A minha pergunta é: quem faz as leis? Nós. Que tipo de leis nós estamos fazendo? Que tipo de político a sociedade está elegendo? Político que faz o que o povo quer? Ou o que o povo precisa? As leis vêm lá de cima e devem ser obedecidas. Nós precisamos de leis imediatas e drásticas, sim.

Em países de primeiro mundo, se uma criança cometer um crime, ela vai pagar pelo crime. No Brasil, não. Ela pode cometer um crime, mas na hora de ser punida ela é criança; não pode.

Então, fica a minha indignação, a minha insatisfação. A Doutora Tânia mencionou "limites saudáveis". Acho justo, mas na minha época, o limite saudável era outro e funcionava muito bem. Enquanto os políticos, os gestores ficarem "passando a mão na cabeça", muito problemas irão à frente.

Parabéns, mais uma vez, deputado, pela propositura. Que isso se torne em realidade e que o governo acate; afinal de contas, passou pelo Parlamento, foi votado e foi aprovado.

Vamos criar meios para se tornar realidade. A medida é urgente, é para hoje, tem que ser drástica, sim. E nós, enquanto cidadãos, legisladores, autoridades, devemos esquecer um pouco o discurso ideológico de sonhos. Nós vivemos em uma realidade viva, hoje. E o problema tem que se resolver hoje, no mundo real em que nós vivemos. Meu muito obrigada, pela oportunidade.

O SR. DELEGADO CAMARGO (Presidente) - Muito obrigado, Vereadora Rafaela. Temos apenas dois inscritos. Vou passar a palavra à Doutora Ana Ellen Santiago, Presidente de Conselho Regional de Medicina, CREMERO, pelo prazo entre quatro a cinco minutos. A palavra está com Vossa Senhoria, Doutora Ana. Claro. Essa mania de militar que eu tenho, coisa da caserna.

A SRA. ANA ELLEN DE QUEIROZ SANTIAGO - Bom dia a todos. Cumprimentando logo de cara o meu par aqui, o Professor Juliano Cedaro. Sou professora na Universidade Federal também.

E como professores, a gente tenta otimizar ao máximo o tempo. Então, vou me limitar a fazer três cumprimentos e duas considerações. Meu primeiro cumprimento vai ao Deputado Delegado Camargo pelo excelente presente que eu recebi como médica, cidadã e mãe. Eu gostei de ver um Projeto de Lei como esse, eu acho que é realmente um presente para a sociedade rondoniense.

O segundo cumprimento que eu faço é à polícia. Eu adoro a polícia. Eu acho que, assim, eu confio demais, a polícia, em todas as suas esferas - a Polícia Militar, a Polícia Civil, a Polícia Federal. Nós trabalhamos no Conselho Regional de Medicina, em parceria direta justamente com a Polícia Civil, contra aos ataques e crimes cibernéticos, principalmente de pedofilia, médicos. Nós temos alguns casos, correm em sigilo, mas nós temos alguns casos.

E o terceiro cumprimento que eu faço é a Doutora Tânia Garcia. A gente conversa bastante sobre esses assuntos, não é, Tânia? E a fala que ela disse hoje me puxou três coisas importantes, três pilares importantes, que é a saúde,

educação e segurança pública. Isso está na nossa Carta Magna da Constituição Federal. Então, é direito de todo cidadão essas três coisas e a gente tem, como protetores, como legisladores, como órgãos fiscalizadores, como protetores da sociedade – por isso que eu volto a dizer que eu gosto muito da polícia, porque as pessoas colocam a sua segurança, a exposição física. É o que nós fazemos.

Eu gosto de comparar a polícia com os serviços de saúde, porque nós fazemos isso. Vocês com os grandes, nós com o pequeno. Vocês expõem a vida de vocês todos os dias quando saem. Nós expomos a nossa também. A pandemia está aí para firmar que isso é uma realidade, quantos de nós morreram.

Então, eu faço as minhas duas considerações. Gosto da ideia da polícia nas escolas, mas eu também faço uma consideração. Meu irmão gosta de falar muito isso – meu irmão, Alexandre Santiago –, que nós estamos sempre dez anos atrás dos Estados Unidos. E de fato é o que acontece. E o que a gente vê acontecendo nos Estados Unidos, quando você olha, assim, “talvez daqui a dez anos a gente esteja passando por isso”.

Existem alguns estudos que provam que o policiamento não foi eficiente para evitar as tragédias que aconteceram nos Estados Unidos. Vocês devem saber disso melhor do que eu. Inclusive, há relatos recentes de que a polícia presente na escola não foi capaz de impedir o último atentado, que o polícia nada fez. E que a resposta rápida da polícia que chegou foi que resolveu o problema e não o que estava lá.

Então, a gente tem que levar isso em consideração quando a gente fala do policiamento, principalmente, do policiamento armado. A gente precisa fazer um estudo muito bom. E eu tenho certeza que isso vai ser feito, para gente

não estar incorrendo o risco de chegar no mesmo estágio deles. E também como a Tânia falou, eu não posso deixar de pedir, à Sesdec principalmente, o policiamento dentro das unidades hospitalares.

Nós temos todos os dias, todos os dias ofensas contra profissionais de saúde; profissional que apanha de paciente; médico que é esbofeteado. E isso tudo acontece o tempo inteiro. E como nós vivemos a dez anos dos Estados Unidos, é comum os ataques armados dentro de hospitais nos Estados Unidos, porém eles têm policiamento e a resposta é muito rápida.

Então, deputado, por favor, faça um adendo no seu Projeto de Lei ou faça um outro solicitando que também haja policiamento nos hospitais. O João Paulo II, as UPAS, a gente precisa disso. A cobrança dos profissionais de saúde é muito grande para os Conselhos.

A segunda coisa que eu quero considerar é em relação à saúde mental realmente. Antes da pandemia e durante a pandemia, principalmente, todas as entidades médicas já alertavam para o risco de doenças mentais. E para o risco de doenças mentais - não digo o maluco que entrou -, como uma vereadora falou, como os vereadores falaram. A gente não pode associar uma maldade com uma doença mental. Realmente. Realmente, a gente não pode associar a isso. Mas o cara é ruim mesmo, o rapaz que fez o ataque...

Deputado, desculpa, eu já estou querendo falar mais. Eu entendi, eu acho que é a tribuna. A gente chega aqui e dá vontade de ficar falando, dá uma vontade de não parar.

Mas, a gente não pode associar isso à doença mental, porém a gente precisa impedir que pessoas sãs adoeçam. Então, por isso, a otimização da assistência dentro de casa. Agora não me recordo quem me falou aqui na tribuna,

se não foi o próprio Deputado Delegado Camargo, mas as ações da saúde da família – foi o Professor Juliano –, então a ação dos profissionais de saúde dentro de casa. Hoje, a gente tem residência na Universidade Federal de Rondônia de Medicina de Família, são pessoas que estão preparadas para lidar com essa ida dentro da casa. Os vereadores de Ariquemes podem levar isso também, esse projeto para Ariquemes, infelizmente não têm mais aqui, mas isso é uma disseminação que a gente precisa fazer, a saúde mental urge.

E aí, conversando com a Doutora Tânia, já convido vocês, convido todos vocês, nós vamos fazer um debate de saúde virtual, dentro do Conselho Regional de Medicina. É nossa obrigação social fazer isso, nós precisamos discutir a saúde virtual, o uso excessivo e não só o uso da tela como entretenimento, mas os desafios, o “você mata tantos, filma e vamos ver o que acontece”.

Então, a gente vê muito isso, se você digitar ali você não precisa nem entrar na *deep web*, mas você já vê vários blogueiros, vários influencers, que fazem esse tipo de desafio e os adolescentes, as crianças, estão realmente, estão muito expostas a isso.

Obrigada, essa é a minha fala, dizem que quando a gente fala muito, perde o objetivo. Então, eu gostaria que fixasse esses dois pontos que eu falei: por favor, novamente deputado, precisamos de um Projeto de Lei para segurança dentro das unidades de saúde e precisamos discutir a saúde mental, a saúde virtual. É isso. Obrigada.

O SR. DELEGADO CAMARGO (Presidente) – Muito obrigado doutora. Passo a palavra ao último inscrito da nossa Audiência Pública, Senhora Ana Karla Feitoza, Conselheira,

Psicóloga, do Conselho Regional de Psicologia da 24ª Região. A senhora irá falar daí mesmo? Com a palavra, então.

A SRA. ANA KARLA DA SILVA FEITOZA - Daqui mesmo, aproveitar os quatro minutos.

O SR. DELEGADO CAMARGO (Presidente) - Fique à vontade.

A SRA. ANA KARLA DA SILVA FEITOZA - Eu quero cumprimentar a Mesa, nas pessoas da Coronel Bombeiro Militar Cristina; o Professor Doutor Juliano Cedaro; psicólogos e a Doutora Tânia, sempre atuante na defesa da infância, juventude e mulheres.

O Conselho de Psicologia agradece a participação nesta Audiência, de relevância. É importante a gente considerar o espaço da escola, que é um espaço realmente conflituoso, mas é também um espaço de diálogo e de transformação social. Que é importante, sim, a partir dos projetos que foram sinalizados, "Educação da Paz", o "Programa Escola Segura e Cidadã", a inserção do profissional de psicologia.

E estamos falando tanto de lei, de executar lei - gostaria de registrar e já fazer uma incidência aqui aos deputados, o Deputado Delegado Camargo, o Deputado Alex Redano, o cumprimento da Lei Federal nº 13.935/2019, que dispõe sobre a presença de profissionais de psicologia nas escolas do ensino público e assistentes sociais, também. É muito importante.

Em todas as falas a gente percebe as diversas violações de direitos que a escola enfrenta. E, às vezes,

está o professor sozinho lá para enfrentar a violência sexual, é o ato infracional, etc. O profissional de psicologia é de super importante.

E também, deixar registrado a alteração da Lei nº 680/2012, do Estado, que é muito importante para a psicologia, o cargo, instituir o cargo de psicólogo. Nós temos analista educacional e isso é muito simplista. Eu passaria aqui uma manhã toda falando da diferença do cargo, o quanto que é importante o cargo do profissional de psicologia e do analista. Inclusive, nós tivemos uma profissional que fez uma tese justificando isso, fazendo toda uma discussão da Lei nº 680, até agora. Porque o profissional de psicologia pode atuar dentro da escola nos projetos que foram citados, nos Projetos Político-Pedagógicos, na educação inclusiva e diversas situações.

Então, gostaria de registrar, o Conselho de Psicologia, como ele tem um território Rondônia e Acre, a gente está fazendo incidência junto às Casas de Leis para que essa lei seja realmente efetivada, porque será, sim, uma política pública efetiva.

A escola dentro de diversos conflitos, os mediadores precisam estar qualificados, a polícia comunitária, o professor também, mas também, o psicólogo está preparado para estar contribuindo nesse papel, está bom? Obrigada.

O SR. DELEGADO CAMARGO (Presidente) - Obrigada a senhora, Ana Karla, psicóloga.

Passamos para as considerações finais, senhores. E àqueles que nos acompanham, gostaria aqui de deixar um recado, uma reflexão a todos os demais. É importante, sim, nós planejarmos ações daqui em diante, mas mais importante

é saber o que nos trouxe até aqui. Como nós chegamos neste atual cenário de violência nas escolas, insegurança.

E eu quero aqui expor a minha ideia, Vereador Rafael é o Fera, que tudo isso começou quando retiraram o ensino religioso de dentro das escolas. A partir do momento que você tira a figura do ensino religioso, você perde os valores de solidariedade, respeito, comunhão com o próximo.

Eu tive aula de ensino religioso, acredito que muitos aqui tiveram. Tiramos, talvez uma coisinha simples, ali da palmada, tiraram a autoridade dos pais. Depois passamos a retirar a autoridade dos professores em sala de aula. Logo na sequência, a autoridade dos líderes religiosos: "não pode mais agora crucifixo", "o Estado é laico", e aí vem o discurso progressista. Tira a autoridade dos pais, autoridade dos professores, a autoridade dos líderes religiosos. E hoje nós estamos aqui recorrendo à última trincheira de autoridade, que é a autoridade da polícia.

Nós estamos na última trincheira, da reserva da barbárie. Só tem uma autoridade hoje em vigência: é a autoridade policial, da polícia. Olha a que ponto chegamos.

Então, eu convido a todos os senhores, para junto comigo, endireitar Rondônia. Endireitar. Já diz a Palavra que o coração torpe tende para a esquerda; mas os justos, para a direita.

Então, convido os senhores a resgatar valores conservadores, valores de família, de respeito à autoridade do professor, às autoridades constituídas, à lei, à ordem, à disciplina.

Desejo a todos – desculpa ao adiantar da hora – que a paz de Cristo esteja com cada um de vocês que nos assistem. Que a tenda de vocês seja protegida pelos anjos celestiais,

e que sejam todos vocês sempre muito bem-vindos a esta Casa de Leis.

Eu repasso a palavra, ao meu ilustre colega, Deputado Alex Redano.

(Às 13 horas e 04 minutos, o Senhor Delegado Camargo passa a Presidência ao Senhor Alex Redano)

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Antes de encerrar, pedir desculpas. Tive algumas ausências, mas estava a trabalho, apagando incêndio também. Mas, quero aqui parabenizar o Deputado Delegado Camargo, por presidir esta importante Audiência Pública. E também falar que o Deputado Lucas está bem, sua equipe está bem. Um grande susto.

Obrigado pela presença de todos vocês.

Invocando a proteção de Deus, em nome do povo rondoniense, agradecemos a presença dos componentes da Mesa Diretiva, agradecemos a presença de todos que acompanharam esta ilustre solenidade, e declaro encerrada a presente Audiência Pública.

Desejamos um ótimo dia a todos. Fiquem com Deus.

(Encerra-se esta Audiência Pública às 13 horas e 5 minutos)

(Sem revisão dos oradores)